UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Reitor:
Prof. Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor:
Prof. Luís Isaias Centeno do Amaral

Pró-Reitora de Graduação:
Profª. Maria Fátima Cossio

Coordenadora *pro-tempore* do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais
Profa. Fernanda de Moura Fernandes

Pelotas, abril de 2020

SUMÁRIO

1. Apresentação 3
2. Contextualização 5
2.1. Universidade Federal de Pelotas..... 5
2.1.1 Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas -UFPel 5
QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS – UFPEL..... 5
2.1.2 Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas..... 5
2.1.3 Curso de Relações Internacionais..... 11
2.1.4 Dados de Identificação do Curso..... 11
QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO..... 11
2.1.5 Histórico e Contexto do Curso de Relações Internacionais..... 12
2.1.6 Legislação considerada no PPC..... 15
2.2. Objetivos e referenciais ético-políticos 17
2.3. O perfil projetado dos egressos 18
2.3.1. Habilidades e competências 19
3. Organização Curricular 20
3.1 Estrutura Curricular..... 20
3.1.1 TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR..... 21
TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR 21
3.1.2. Matriz Curricular..... 21
QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR..... 21
3.1.3 FLUXOGRAMA DO CURSO..... 25
3.2. Formação Específica 26
3.2.1 Núcleo de fundamentos teóricos 26
3.2.2. Núcleo de fundamentos aplicados 26
3.2.3. Núcleo de formação específica 26
3.2.4. Núcleo de formação livre ou por disciplinas optativas..... 26
QUADRO 4: QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS 27
3.3. Atividades complementares 28
3.4. Regulamentação do estágio não-obrigatório em Relações Internacionais 30
3.4.1. Modalidades de estágio não-obrigatório 31
3.4.2. Local do estágio 31
3.4.3. Termo de compromisso 31
3.5. Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 32

3.6. Proficiência em línguas estrangeiras 34

4. Interdisciplinaridade, inclusão, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e articulação com programas de pós-graduação 37

5. Metodologia de Ensino e Sistema de Avaliação 38

6. Caracterização das disciplinas da grade curricular 41

6.1. 1º Semestre 41

6.2. 2º Semestre 50

6.3. 3º Semestre 58

6.4. 4º Semestre 67

6.5. 5º Semestre 75

6.6. 6º Semestre 84

6.7. 7º Semestre 93

6. 8. 8º Semestre 101

Caracterização das disciplinas optativas oferecidas pelo Curso de Relações Internacionais 104

7. Gestão de curso..... 122

7.1 Colegiado..... 122

7.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)..... 123

8. Quadro Docente e Técnico-administrativo..... 124

9. Infraestrutura 125

Referências..... 125

1. Apresentação[1]

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas (PPC/RI) regulamenta o funcionamento geral do curso e foi resultado do debate acadêmico de seu corpo docente durante o último bimestre de 2010.

Sua fundamentação primeira encontra-se na síntese dos elementos conjunturais e institucionais que balizaram o estabelecimento do curso:

- a nova etapa das relações internacionais, de caráter globalizante, marcada pela crescente integração e interdependência entre os Estados nacionais, pelo crescente intercâmbio entre as culturas específicas e pela mundialização econômica;

- o novo e destacado papel que o Brasil vem desempenhando no cenário mundial e no concerto das nações latino-americanas, tanto na condição de país-chave da integração continental, quanto da articulação dos países emergentes na economia global;

- as potencialidades histórico-geográficas do Rio Grande do Sul e mais especialmente da cidade de Pelotas e de seu entorno em relação a dois dos principais parceiros do Brasil no MERCOSUL – Argentina e Uruguai –, como pólo de desenvolvimento e aperfeiçoamento do processo de integração regional;

- a decisão estratégia da UFPel de, a partir da formação do Centro de Integração do MERCOSUL (1995), dedicar-se à produção e difusão de conhecimentos na área das relações internacionais.

Todos esses elementos foram matizados pelas contribuições analíticas dos autores do PPC/RI, advindas de suas experiências específicas, de formação acadêmica e profissional. Além disso, foi criteriosamente tomada em consideração a análise das tendências de perfil dos estudantes dos cursos de Relações Internacionais verificadas em outras instituições de ensino superior e ratificadas pelas características dos alunos então

[1] O presente documento foi confeccionado com vistas a adequar e a atualizar alguns aspectos do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Relações Internacionais, concebido pelo seu corpo docente à época – Jabr Hussein Deeb Haj Omar (coordenador do curso naquele momento), Antônio Carlos Martins da Cruz, Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos e Gustavo Oliveira Vieira – e aprovado em 2010 pelo COCEPE. Esclarece-se, portanto, que os ajustes realizados objetivaram a regularização da matriz curricular do curso, não havendo alteração da concepção pedagógica do seu projeto fundacional. Por esta razão, optou-se por manter diversas passagens textuais do PPC original na íntegra, escritas pelo corpo docente responsável à época.

recém ingressados na UFPel, bem como a prospecção das oportunidades presentes e futuras do mercado de trabalho relacionado às relações internacionais.

Esta discussão levou à formulação de um PPC marcado pela proposta de uma formação acadêmica em relações internacionais de espectro interdisciplinar, que vincula a intervenção qualificada dos profissionais a uma capacidade de pesquisa e de análise de alto nível em campos diversos do conhecimento. Fundamentado pela matriz nacional dos currículos dos cursos de relações internacionais, o PPC aprofunda o estudo das relações internacionais do Brasil com a América Latina (sem restringir-se a ela), enfatizando suas relações com o MERCOSUL – bem como dos processos de cooperação sul-sul –, e se desenvolve a partir de uma perspectiva ético-político que se compromete explicitamente com a construção de uma cultura de integração internacional marcada pela paz, pelo aperfeiçoamento da democracia, pela soberania dos povos e pela cooperação para um desenvolvimento solidário, ambientalmente sustentável e com igualdade de oportunidade para todos.

Prof. Jabr Hussein Deeb Haj Omar – *Coordenador*
Prof. Antônio Carlos Martins da Cruz
Prof. Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos
Prof. Gustavo Oliveira Vieira

2. Contextualização

2.1. Universidade Federal de Pelotas

2.1.1 Dados de Identificação da Universidade Federal de Pelotas

QUADRO 1: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

Mantenedora: Ministério da Educação		
IES: **Universidade Federal de Pelotas – UFPel**		
Natureza Jurídica: Fundação de Direito Público - Federal	CNPJ/MF: 92.242080/0001-00	
Endereço: Rua Gomes Carneiro, 1 – Centro, CEP 96010-610, Pelotas, RS – Brasil	Fone: +55 53 3921.1024 Site: www.ufpel.edu.br e-mail: reitor@ufpel.edu.br	
Ato Regulatório: Credenciamento/ Decreto Nº documento: 49529 Data de Publicação: 13/12/1960	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Recredenciamento Decreto Nº documento: 484 Data de Publicação: 22/05/2018	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
Ato Regulatório: Credenciamento EAD Portaria Nº documento: 1.265 Data de Publicação: 29/09/2017	Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo	
CI – Conceito Institucional:	4	2017
CI – EAD - Conceito Institucional EAD:	3	2013
IGC – índice Geral de Cursos:	4	2018
IGC Contínuo:	3, 5277	2018
Reitor: **Pedro Rodrigues Curi Hallal**	Gestão 2017-2020	

2.1.2 Histórico e Contexto da Universidade Federal de Pelotas[2]

[2] Todas as informações dispostas neste item foram extraídas do site institucional da UFPel. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/historico/>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

Localizada no sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, a 250 km de Porto Alegre, capital do Estado, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) foi criada em 1969. Sua história remonta à Universidade Rural do Sul (URS), cujo surgimento em 1960 resultou de esforços movidos por professores da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, que desde 1957 lutavam por sua criação.

O decreto que criava a Universidade Rural do Sul, vinculada ao Ministério da Agricultura, era composto pela centenária Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Escola Superior de Ciências Domésticas, Escola de Veterinária, Escola de Pós-Graduação e pelo Centro de Treinamento e Informação (Cetreisul), considerado uma unidade acadêmica. Em 1967, o decreto nº 60.731 federalizou a Universidade Rural do Sul, sendo transferida para o Ministério da Educação e Cultura, passando a denominar-se Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRS), e as unidades passaram de cursos a faculdades. Em 1968 foi criada uma comissão composta por professores e acadêmicos, destinada a estudar e propor a reestruturação da universidade.

Assim, em 8 de agosto de 1969, o Presidente da República assinou o decreto que transformou a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul, em Universidade Federal de Pelotas (UFPel), composta pelas Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Faculdade de Veterinária, Faculdade de Ciências Domésticas, Faculdade de Direito (fundada em 1912), Faculdade de Odontologia (1911) – as duas últimas pertencentes à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o Instituto de Sociologia e Política (ISP), fundado em 1958.

Outras instituições particulares que existiam em Pelotas foram agregadas à UFPel, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões e o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior no Sul do Estado (Ipesse). E, no mesmo ano, o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG), também passou a fazer parte da UFPel.

De sua parte, a Faculdade de Ciências Domésticas deu origem a outras unidades, como a Faculdade de Educação, o Curso de Química de Alimentos e a Faculdade de Administração e de Turismo. Foi responsável também pela criação do Serviço de Informação e Orientação ao Consumidor (Siocon), que atuou durante 18 anos em Pelotas, na educação e defesa do consumidor. O objeto de estudo da Faculdade de Ciências Domésticas sempre foi a família, principalmente, a de baixa renda. Formava profissionais bacharéis e licenciados para o ensino de 1º e 2º graus. Teve seu último vestibular em 1997. Suas memórias fazem parte das raízes da UFPel.

A área agrária, portanto, de grande importância para o desenvolvimento da região, de economia predominantemente agropastoril, deu grande contribuição para a formação da Universidade. Mas também foram relevantes a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Enfermagem, visto que ambas deram origem a toda a estrutura da área da saúde na UFPel. Como contrapartida, essa estrutura, através dos ambulatórios da Faculdade de Medicina e do Hospital Escola da Universidade, é decisiva para a saúde de Pelotas e cidades vizinhas, visto o grande número de atendimentos realizados a pacientes do SUS.

A Universidade Federal de Pelotas teve como primeiro reitor o professor Delfim Mendes Silveira, diretor da Faculdade de Direito, o qual administrou a Universidade até 1977. Em sua gestão a UFPel expandiu-se, tanto em número de cursos quanto de alunos, estruturando-se como universidade e construindo o seu campus nas instalações da antiga UFRRS, junto à Faculdade de Agronomia, no Capão do Leão. Na sequência, ocuparam o cargo de reitor os professores Ibsen Wetzel Stephan (1977-1981), José Emílio Gonçalves Araújo (1982-1984), Ruy Brasil Barbedo Antunes (1984-1988), Amílcar Goyhenex Gigante (1989-1993), Antonio Cesar Gonçalves Borges (1993-1997), Inguelore Scheunemann de Souza (1997-out/2004), André Luiz Haack (dez/2004 a janeiro/2005 – *pro tempore*), Antonio Cesar Gonçalves Borges (2005-2009 e 2009-2013), Mauro Augusto Burkert Del Pino (2013-2017) e Pedro Curi Hallal (atual).

Segundo o professor e historiador Mário Osório Magalhães (falecido em 2012) em seu livro "UFPel: 30 Anos", após a criação da UFPel, iniciou-se o período de estruturação da Universidade, com a implantação dos seus órgãos administrativos, a reformulação e adequação das antigas unidades e a criação dos institutos básicos necessários ao seu funcionamento. Os relatos são subsidiados pelo artigo da professora do ICH e coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica da UFPel, professora Beatriz Ana Loner, intitulado "Um breve histórico" (págs. 29 a 48).

De acordo com as informações contidas no artigo, foram então criados o Instituto de Ciências Humanas, o Instituto de Biologia, o Instituto de Química e Geociências, o Instituto de Física e Matemática e o Instituto de Letras e Artes, todos previstos no decreto nº 65.881/69, que estabeleceu a estrutura da nova Universidade.

As demais unidades foram surgindo ao longo dos anos, algumas a partir de novas necessidades, surgidas no campo do ensino e pesquisa; outras, pelo desmembramento de cursos no interior de unidades estabelecidas, vindo a constituir-se em novas unidades.

Assim, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo surgiu em 1988, desvinculando-se do Instituto de Letras e Artes, que, por sua vez, havia sido criado em 1970, como Instituto de Artes, abrangendo a antiga Escola de Belas Artes, D. Carmen Trápaga Simões. A Reforma do Ensino, criando a necessidade de que se formassem profissionais nessa nova área, estimulou a criação da Escola Superior de Educação Física, que data de 1971. As disciplinas da área de pedagogia, que se encontravam ligadas à Faculdade de Ciências Domésticas, deram origem a uma unidade específica, a Faculdade de Educação, constituída em 1976. A Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (hoje Faculdade de Enfermagem) originou-se do curso de Enfermagem, transformando-se em unidade independente em 1988. O curso de Nutrição foi criado em 1974, vinculado à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e, depois, à Faculdade de Medicina, transformando-se em Faculdade de Nutrição em 1988. A Engenharia Agrícola iniciou seu curso em 1973, o primeiro do gênero no país; foi transformada em Faculdade no ano de 1988. O curso de Meteorologia iniciou suas atividades em 1979, para atender à demanda de profissionais para a região sul do Brasil, transformando-se em faculdade em 1989.

Como órgãos suplementares, faziam parte da UFPel, segundo o Estatuto da Fundação, a Estação Experimental de Piratini, A Estação Experimental da Palma, o Centro de Treinamento e Informação do Sul (Cetreisul), a Imprensa Universitária, a Biblioteca Central, o Museu, e a Casa para Estudantes. Como órgãos complementares, constavam o Colégio Agrícola Visconde da Graça e o Colégio de Economia Doméstica Rural.

O processo de unificação dos cursos, unidades e órgãos dos mais variados, que formavam o espólio recebido pela nova universidade, não foi tarefa fácil de ser executada. Isso porque a própria forma de sua criação e o momento político em que ela ocorreu não permitiram que o seu desenvolvimento seguisse um plano diretor. Sendo assim, não havia como unificar setores, anteriormente isolados, com regimes e experiências diferentes, num todo harmônico e coerente, dentro de uma proposta universitária pensada e gestada pelas comunidades interna e externa.

Nascida no contexto da Reforma Universitária de 1968, a UFPel buscou adequar-se aos seus parâmetros, os quais nortearam a sua implantação e os seus primeiros passos, até que o processo de redemocratização política do país sinalizasse novos rumos para as universidades públicas brasileiras.

A exemplo do que ainda acontece nos dias atuais, uma das principais questões que monopolizava as atenções nas primeiras décadas de existência da Universidade era a inadequação da estrutura física, dividida em vários locais, dos quais o principal ficava no município do Capão do Leão (emancipado de Pelotas em 1982), compreendendo a Reitoria e demais órgãos administrativos – transferidos do histórico prédio utilizado inicialmente, na praça Sete de Julho –, algumas faculdades e cursos básicos. Além desses, existiam várias outras unidades espalhadas pela zona urbana, além do CAVG, localizado quase em polo oposto da cidade.

No entanto, as dificuldades de ordem internas e financeiras se fizeram sentir, impedindo mudanças definitivas na localização espacial da UFPel, situação que perpassou todas as gestões administrativas. Por fim, a instituição resignou-se a ter vários campi, distribuídos entre a zona urbana e rural.

Depois de décadas caracterizadas por um crescimento permanente, porém cadenciado, a Universidade experimentou, nos últimos anos, uma expansão sem precedentes, deflagrada a partir de sua adesão ao Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a partir de 2007. O número de cursos saltou de 58 para 96, enquanto o número de estudantes cresceu de cerca de oito mil para mais de 16 mil.

O fim do concurso Vestibular e a consequente adesão ao Sistema de Seleção Unificada (SiSu) do Ministério da Educação, deu à comunidade discente da UFPel uma nova configuração: a multiplicidade de sotaques, origens e características culturais, uma vez que os novos estudantes são oriundos de quase todos os estados da Federação e, ao ingressarem na Universidade, trazem consigo as influências regionais.

Para fazer frente à nova configuração acadêmica da instituição, tornou-se necessário expandir a área física. Assim, áreas antes ocupadas por iniciativas do segmento empresarial, que no passado ditaram o desenvolvimento econômico do município, mas que sucumbiram diante de sucessivas crises, foram adquiridas e começam a ganhar vida, agora destinadas à Academia.

A adesão ao REUNI trouxe expressivos avanços à Universidade, que se configuraram tanto na ampliação de sua atuação acadêmica, através do aumento do número de vagas oferecidas e da criação de novos cursos de graduação e pós-graduação, quanto na expansão de seu patrimônio. Mas também, e principalmente, na implementação de políticas de inclusão e de assistência estudantil para garantir e

ampliar o acesso à universidade de estudantes de baixa renda, negros, quilombolas e pessoas com deficiência.

Atualmente a Universidade conta com quatro *campi*: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo, onde está instalada a Reitoria e demais unidades administrativas. A UFPEL tem 22 unidades acadêmicas e conta com 96 cursos de Graduação presenciais, sendo 66 bacharelados, 22 licenciaturas, oito tecnólogos e três cursos de graduação a distância, em 117 polos. Na pós-graduação, são 26 doutorados, 50 mestrados, seis cursos de mestrado profissional e 34 cursos de especialização. Na área da pesquisa, estão em andamento 2.698 projetos, distribuídos em diferentes áreas do conhecimento, além de milhares de projetos de extensão voltados para a inserção da universidade na comunidade local.

Em termos de estrutura física, contamos atualmente com área construída de aproximadamente 211.106,22 m^2. A UFPel conta com prédios distribuídos em diversos locais, principalmente no município de Pelotas e município do Capão do Leão. Os alunos da Universidade Federal de Pelotas contam atualmente com aproximadamente 398 salas de aula que representam uma área de 19.540,93 m², 9 bibliotecas que somam 3.928,96 m², 700 laboratórios, ambientes e cenários de prática didática que totalizam 20.892,24 m², 15 auditórios ou 1.960,98 m², três restaurantes escola ocupando 1.605,34 m² e uma casa do estudante com 1.943,63 m².

Como área administrativa, são utilizadas 1.331 instalações que ocupam somadas 32.089,36 m². As unidades acadêmicas estão distribuídas no município de Pelotas: Centro de Artes (CA), Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), Centro de Engenharias (CENG), Conservatório de Música (CM), Escola Superior de Educação Física (ESEF), Faculdade de Administração e Turismo (FAT), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAURB), Faculdade de Direito (FD), Faculdade de Educação (FAE), Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia (FEO), Faculdade de Letras (FL), Faculdade de Medicina (FM), Faculdade de Nutrição (FN), Faculdade de Odontologia (FO), Instituto de Ciências Humanas (ICH) e Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP). As unidades acadêmicas que estão situadas no município do Capão do Leão são: Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), Faculdade de Meteorologia (FMet), Faculdade de Veterinária (FVet) e Instituto de Biologia (IB).

2.1.3 Curso de Relações Internacionais

2.1.4 Dados de Identificação do Curso

QUADRO 2: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: **Relações Internacionais** Código: 1102999	
Unidade: **Instituto de Filosofia, Sociologia e Política**	
Endereço: Rua Félix da Cunha, 520, Centro - Pelotas	Fone: 53 3284-4555
	Site: https://wp.ufpel.edu.br/ri/ e-mail: ri@ufpel.edu.br
Diretor da Unidade: João Nascimento Hobuss	Gestão: 2014-atual
Coordenador/a do Colegiado: Fernanda de Moura Fernandes	Gestão: 2020-atual
Número de Vagas do Curso: 55 vagas anuais	Modalidade: presencial
Regime Acadêmico: semestral	Carga Horária Total: 2860
Turno de Funcionamento: noturno	Tempo de Integralização: Mínimo: 8 semestres Máximo: 14 semestres
Titulação Conferida: Bacharel em Relações Internacionais	
Ato de autorização do curso: Parecer favorável do Conselho Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão (COCEPE) conforme Portaria No. 1827, de 23/11/2012.	
Reconhecimento do Curso: Curso criado pela portaria 1827 de 23 de novembro de 2012. Curso reconhecido pela Portaria nº 70 de 29/01/2015. Publicada no D.O.U. de 30/01/2015. Renovação do reconhecimento Portaria nº 272 de 03/04/2017. Publicada na Seção 1, página 129 do D.O.U de 04/04/2017.	
Resultado do ENADE no último triênio: 3	
Conceito de Curso (CC): 3 (avaliação in loco realizada de 03/09/2014 a 06/09/2014)	
Formas de ingresso: SISU/ENEM, PAVE, Reopção, Reopção compulsória, Processo Seletivo Complementar, Transferência Voluntária, Portador de Diploma de Curso Superior, Regime Especial, vagas destinadas às políticas afirmativas.	
Relação de convênios vigentes do curso com outras instituições:	

2.1.5 Histórico e Contexto do Curso de Relações Internacionais

A criação do curso de Relações Internacionais na Universidade Federal de Pelotas (UFPel) está inserida no contexto internacional repleto de mudanças e modificações dos últimos anos. A constituição da área de Relações Internacionais veio suprir uma lacuna para os diversos fenômenos e acontecimentos que permeiam as relações entre os países, em áreas como História, Direito, Economia, Ciência Política, Sociologia, Geografia, dentre outras.

Os Estados Unidos e a Europa, notadamente a Grã-Bretanha, foram os precursores na formação de centros de estudos e institutos independentes que impulsionaram o ensino e as pesquisas acadêmicas em áreas fundamentais das Relações Internacionais como: política externa, comércio exterior e à promoção da paz.

Com o período da Guerra Fria, as Relações Internacionais ganharam um destaque privilegiado nas agendas políticas dos maiores países do mundo. Essa importância significou o surgimento de espaços multilaterais e foros internacionais de discussões e debates sobre vários assuntos de interesse comum, além de uma mudança na postura dos governos nacionais com relação ao cenário externo.

O fim do mundo bipolar, o nascimento de blocos regionais e a constituição de uma nova ordem mundial trouxeram outra dinâmica para as Relações Internacionais e provaram que o processo de construção de um sistema global ainda é complexo e com variáveis voláteis.

Assim sendo, as transformações transcorridas no cenário mundial durante o século XX e no início do século XXI alteraram profundamente os ambientes no nível nacional e internacional e impuseram a necessidade de um profissional que possua visão ampla e técnica para entender e vislumbrar questões que envolvam o Estado-nacional, as organizações internacionais, os grupos multinacionais (privados e públicos), as organizações não-governamentais e instituições de cooperação em todos os âmbitos.

Na sociedade atual, cada vez mais interligada e globalizada, assuntos de um determinado país podem afetar e determinar a decisão de outros, de forma cada vez mais rápida e profunda, com implicações importantes de âmbito regional e local, tanto nos setores público quanto privado. Portanto, as Relações Internacionais impõe desafios

de alta complexidade para serem analisados e demandam a elaboração de políticas institucionais capazes de responder aos novos caminhos do mundo.

No Brasil, o advento do curso é relativamente recente, porém com grande avanço na última década. A primeira instituição pública que abriu as portas para as Relações Internacionais foi a Universidade de Brasília (UnB) no primeiro semestre de 1974, no Distrito Federal, seguida pela criação na década de 80 do Instituto de Relações Internacionais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), bem como do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e Política Comparada, na Universidade de São Paulo (USP).

Para que se tenha uma dimensão do avanço da carreira de Relações Internacionais, atualmente, existem 85 (setenta e cinco) instituições de ensino superior (públicas e privadas) que oferecem o citado curso no Brasil no nível de graduação. Já no âmbito da pós-graduação (mestrado e doutorado), somente 10 instituições ofertam cursos em território nacional [3].

Ao olhar para Pelotas, por outro lado, é fácil perceber uma grande vocação para o ambiente internacional. Durante século XIX, na condição de principal centro econômico do Rio Grande do Sul – principal centro político dos revolucionários farroupilhas e, na segunda metade desse século, do republicanismo abolicionista –, a cidade cultivou uma perspectiva cultural cosmopolita e de interação direta com os vizinhos do Rio da Prata. Este processo levou ao estabelecimento da primeira faculdade de agronomia no sul do Brasil, em 1883, e que hoje é parte da UFPel.

Embora a dinâmica de industrialização nacional de larga escala iniciada nos anos 50 tenha atingido a economia gaúcha à medida que o processo se centralizava no eixo Rio-São Paulo, seus efeitos foram sentidos mais fortemente na metade sul do Rio Grande do Sul, onde o modelo econômico vinculado à produção agropecuária extensiva em grandes propriedades levou a um processo crescente de estagnação.

A segunda metade do século XX foi marcada por sucessivos momentos econômicos de *stop-and-go*, como foi o caso da expansão da indústria de alimentos ao longo da década de 1970 e seu virtual desaparecimento na última década do século, em virtude da combinação de liberalização econômica e reestruturação produtiva (marcada,

[3] Conforme a Sinopse Estatística do INEP-MEC 2008 e Avaliação Trienal da CAPES 2007-2009.

entre outras coisas, pela concentração e centralização das unidades produtivas em centros de consumo mais potentes).

Esta trajetória histórica sinuosa, entretanto, não definiu ainda o seu desfecho. Os investimentos no recém criado pólo de indústria naval, em Rio Grande, e as potencialidades do processo de integração do MERCOSUL (também marcado por ritmos instáveis), abre novas oportunidades em termos de desenvolvimento para a região.

Pelotas constitui o principal núcleo urbano da metade sul do Rio Grande do Sul, e o segundo do interior gaúcho, com cerca de 350 mil habitantes. Ela está situada a 150km da fronteira com o Uruguai (município de Jaguarão) e a 550km da fronteira com a Argentina (município de Uruguaiana). Está a 250km de Porto Alegre, a 600km de Montevidéu, 1.200km de Buenos Aires e 1.500km de São Paulo, o que a coloca estrategicamente situada no território principal de operações do MERCOSUL. Dotada de um aeroporto de capacidade internacional e a apenas 50km do principal porto comercial do Brasil com os países do bloco (o porto de Rio Grande), a cidade constitui um dos pontos de passagem principais para as relações internacionais com os países vizinhos.

Ao mesmo tempo, sua infraestrutura no campo da investigação científica e do ensino superior é importante: além da Universidade Federal de Pelotas, situam-se aqui a Universidade Católica de Pelotas e o Instituto Federal Sul-rio-grandense (ex-CEFET/RS), além de uma das principais unidades de pesquisa da EMBRAPA na Região Sul do Brasil (EMBRAPA Clima Temperado). No município vizinho de Rio Grande encontra-se também a Universidade Federal do Rio Grande e em Bagé, a 150 km, está a Reitoria da Universidade Federal do Pampa.

A importante iniciativa de criação do Centro de Integração do MERCOSUL, na UFPel, em 1994, ainda nos primórdios do processo de construção do bloco econômico, colocou a universidade na vanguarda da discussão dos processos de integração, incluindo o estabelecimento recente do Centro de Estudos Fronteiriços (2010) e o estabelecimento de acordos de cooperação bilateral com a Universidad de la República (Montevidéu). A "incubação" da UNIPAMPA, nos últimos anos, a partir das estruturas da UFPel, por outro lado, reforçou a presença da rede federal de ensino superior na região, abrindo novas possibilidades de cooperação técnica nas áreas de fronteira.

Por tudo isto, a UFPel não pode furtar-se de desempenhar um papel relevante no processo de cooperação internacional, na integração econômica, social, política e cultural dos países sul-americanos, especialmente daqueles vinculados ao projeto MERCOSUL. A existência de um Curso de Relações Internacionais, no Centro de Integração do MERCOSUL, é um passo decisivo que prepara o aparecimento de centros e núcleos de pesquisa e de programas de pós-graduação relacionados à integração internacional, especialmente do Brasil com os países do Prata, que por sua vez constitui o motor principal de construção do bloco regional.

Apesar do tema da integração regional sul-americana ter sido a tônica inicial para a criação do curso no CIM, não existia nessa Unidade qualquer afinidade epistemológica e teórica entre o curso de RI e os demais cursos existentes (Hotelaria, Gestão Ambiental e Transportes Terrestres), bem como a existência de quadros especializados e com produção científica na área de Relações Internacionais[4]. Ainda que se reconheça o esforço de alocação do curso nesta unidade, anteriormente vinculado à chamada Pró-reitoria de Graduação, a falta de afinidade disciplinar, epistemológica e teórica limitou o desenvolvimento acadêmico do curso, atrofiando as possibilidades de diálogo e cooperação científica. Ademais das questões acadêmicas, a fragilidade do contexto institucional, administrativo e burocrático vivenciado no CIM, também comprometeram o funcionamento e o desenvolvimento do curso.

No ano de 2019, a proposta de realocação do curso para o Instituto de Filosofia, Política e Sociologia (IFISP) foi percebida por um grupo de docentes e discentes como uma alternativa para superação dos problemas vivenciados no curso. A realocação teve como objetivo colocar o curso de RI na aproximação desejada com as áreas disciplinares da Ciência Política, Sociologia e Filosofia, áreas estas basilares para sua fundamentação epistemológica, teórica e conceitual, conforme as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) de RI.

Nota-se que o tronco epistêmico e o *core* das RIs no Brasil e em outros países está vinculado às Humanidades/Ciências Humanas/Ciências Sociais (conforme tabela CNPQ 7.09.05.00-2). Além disso, a proximidade maior com a Ciência Política (CP) está relacionada ao seu histórico de desenvolvimento institucional no Brasil, à influência

[4] Cabe salientar que no momento de criação do curso e da elaboração de seu projeto pedagógico, há praticamente uma década atrás, seu quadro docente não possuía formação específica em RI em nível de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado). As seis primeiras vagas efetivas alocadas para o curso não exigiram esse perfil acadêmico, o que comprometeu a própria identidade e vinculação disciplinar do curso com sua área principal, ou seja, as RI.

norte-americana e à associação entre as duas áreas no âmbito da CAPES (Qualis unificado CP/RI) e do CNPq (Comitê Ciências Sociais: Ciência Política, Relações Internacionais, Sociologia, Antropologia, Arqueologia e Direito). Recorda-se, ainda, que a Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) nasceu do interior da própria Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) – respectivamente, fundadas em 1986 e 2005.

2.1.6 Legislação

A concepção do presente documento, assim como as alterações nele realizadas, consideraram as seguintes legislações federais:

- Constituição Federal de 1988, art. 20 e art. 205.
- Lei de Diretrizes e Base da Educação Brasileira , nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).
- Lei Federal n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (PNE) ;
- - Decreto nº 5296, de 02 de dezembro 2004, que dispõe sobre condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida: citada na legislação do projeto, considerada nas ações do curso e no texto do projeto que dispõe sobre as Diretrizes.
- - Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a lei n.° 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da lei n.° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e dispõe sobre a língua brasileira de sinais - LIBRAS, e a obrigatoriedade de sua inclusão como disciplina curricular.
- Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana; Lei 11645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17 de junho de 2004.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial

- Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; e as Políticas de educação ambiental (Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4281 de 25 de junho de 2002).
- Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro de 2018 - Regulamento do Ensino de Graduação na UFPel.
- Resolução COCEPE nº 02/06 (tempo de permanência na UFPel).
- Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da UFPel https://wp.ufpel.edu.br/cec/projeto-pedagogico-2/diretrizes/.
- Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação - Versão 2017 - Autorização (considerado nas Diretrizes para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso da UFPel). http://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf
- Regimento Geral da UFPel;

2.2. Objetivos e referenciais ético-políticos

O objetivo geral do Curso de Bacharel em Relações Internacionais ofertado pela UFPel é preparar profissionais capazes de analisar e intervir em processos políticos, sociais, econômicos e culturais de caráter internacional, no âmbito de relações promovidas por organizações governamentais, não-governamentais, empresariais ou multilaterais, pautadas pelo compromisso ético de um desenvolvimento humano voltado para a paz, para a liberdade, para a eqüidade de oportunidades entre os indivíduos e entre os grupos sociais, e para a valorização das identidades culturais de cada povo e nação. Sua abordagem terá ênfase nos processos de relações internacionais desenvolvidos no âmbito da América Latina, em especial dos países do MERCOSUL, sem deixar de estudar o panorama mais geral das relações internacionais sob a globalização e da inserção do Brasil neste processo.

Assim sendo, o curso propõe linhas de visões que permitam ao corpo discente atuar em diversos campos das Relações Internacionais: política externa e interna, relações bilaterais e multilaterais, comércio e finanças, cooperação internacional, segurança global, geopolítica, programas de desenvolvimento, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

O egresso do curso deverá exercer trabalhos de análise e de execução nas áreas internacionais de organizações, instituições, entidades e empresas (governamentais, inter-governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais), envolvidas nas atividades resultantes da globalização e da integração regional, voltadas para a maior identificação do Brasil – dos seus órgãos públicos e da sua sociedade – com as políticas e estratégias nacionais e internacionais relacionadas aos processos globais e regionais.

O Curso de Bacharelado em Relações Internacionais da UFPEL assume como objetivos específicos:

- formar profissionais para exercerem o papel de agentes, intermediários e interlocutores entre instituições e suas contrapartes homólogas no exterior, servindo como analistas e executores de políticas, programas, projetos e intercâmbios de natureza internacional;
- capacitar recursos humanos voltados a fomentar e estimular o processo de fortalecimento da integração regional, a partir de uma perspectiva de integração latino-americana e do MERCOSUL.
- preparar profissionais capazes de desenvolver programas de pesquisa, atividades de extensão comunitária, projetos de formação continuada e eventos intra e extra-institucionais;
- estabelecer formas diversas de cooperação acadêmica internacional, como intercâmbios acadêmicos, convênios institucionais com organizações nacionais e/ou internacionais, com intuito de aprimorar o aperfeiçoamento profissional.

2.3. O perfil projetado dos egressos

O aluno egresso do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Pelotas – UFPel deverá estar habilitado para:

a) Analisar e intervir em cenários interdisciplinares que envolvam aspectos de Economia, Direito, Política, História, Geografia e áreas afins, com vistas a traçar perspectivas e verificar características inerentes ao mundo contemporâneo;

b) Aplicar os conhecimentos e os conceitos da área das Relações Internacionais nos mais diversos setores como: resolução de conflitos, negociações, abertura de mercados, entendimento do contexto global, questões ambientais, diversidade cultural e desenvolvimento tecnológico, dentre outros.

c) Exercer tarefas no campo de trabalho, tanto no âmbito privado, quanto no âmbito público, oferecendo elementos de interpretação para cenários gerais e específicos, e contribuindo para a formulação de propostas e projetos a serem executados de acordo com as demandas de cada setor.

d) Propor ações no plano bilateral, regional e multilateral, a fim de dinamizar o potencial de desenvolvimento em instituições internacionais, organismos e agências.

e) Desenvolver serviços especializados a organizações internacionais, empresas multinacionais, ONGs e demais grupos que atuam no cenário mundial contemporâneo.

f) Apoiar, assessorar e prestar assistência em atividades pertinentes ao fomento de aproximação dos laços de cooperação internacional, principalmente, na América Latina e no MERCOSUL.

2.3.1. Habilidades e competências

O Curso de Relações Internacionais deverá buscar o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências de seus alunos:

a. Aplicação dos conhecimentos nas áreas estudadas ao longo do curso: Política, Economia, História Geografia e Direito, bem como nas suas subáreas elencadas na grade curricular do curso.

b. Atuação em organizações governamentais e não-governamentais, além de agências na esfera bilateral e multilateral e nos mais diversos ambientes que fomentam a cooperação.

c. Execução de tarefas e atividades de alta complexidade que estejam coadunadas com os conceitos e teorias das Relações Internacionais, tanto

no setor público (governamental e não-governamental), quanto nos diversos campos do setor privado;

d) Compreensão e análise dos cenários internacionais caracterizados pela complexa dinâmica do mundo atual, a partir do entendimento dos diversos fenômenos de caráter global que interagem e atuam de modo contundente no sistema internacional

3. Organização Curricular

3.1 Estrutura Curricular

Ressalta-se o compromisso do presente Projeto Pedagógico com as Resoluções do Conselho Nacional de Educação que dispõem sobre a inclusão de temas relacionados à educação étnico-racial, ambiental e humanitária pelas instituições de ensino brasileiras. Ele se dá, sobretudo, na formação específica oferecida pelo curso em disciplinas obrigatórias e optativas, dentre as quais se destacam: Direito Internacional I; Direito Internacional II; Proteção Internacional da Pessoa Humana; Cooperação Internacional; Meio Ambiente e Relações Internacionais; Redes de Inovação Social e Cooperação Internacional e Conflitos e Movimentos Sociais na América Latina.

Além disso, outras disciplinas obrigatórias e optativas também trabalham de maneira transversal com questões relacionadas à identidade étnico-racial, proteção ambiental e Direitos Humanos, já que estes são temas fundamentais para várias agendas internacionais e de pesquisa em RI pós-1989, assim como também para a renovação teórica da própria disciplina – por exemplo, *Green, Feminist and Post-colonial theories in International Relations.*

A ênfase no estudo comparado na América Latina também proporciona observar como alguns desses assuntos são tratados e traduzidos no continente, incluindo o próprio Brasil. Neste sentido, o estudo dos aspectos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais são fundamentais de serem incorporados para o estudo das interações entre o nacional, o regional e o global – um dos aspectos distintivos da formação do(a) internacionalista.

3.1.1 TABELA SÍNTESE – ESTRUTURA CURRICULAR

TABELA 1: TABELA SÍNTESE PARA A INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

FORMAÇÃO	Créditos	Horas
A) Formação específica (estudos de formação geral e de aprofundamento e diversificação das áreas específicas e interdisciplinares)		
Disciplinas obrigatórias	116	1740
Disciplinas optativas	40	600
Estágio curricular obrigatório	-	-
TCC	8	120
Soma	164	2460
B) Formação complementar (ou estudos integradores, para cursos de licenciatura)		
Atividades complementares de ensino, pesquisa e extensão		400
C) Formação em Extensão (exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos)		
Atividades Curriculares em Extensão (ACE)		
TOTAL	164	2860

3.1.2. Matriz Curricular

QUADRO 3: MATRIZ CURRICULAR

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM (nome do curso)
Carga horária total do Curso: 2860
Carga horária de Formação específica: 2460 Carga horária de Formação complementar: 400 Carga horária de Extensão (exceto as já computadas nas formações anteriores realizadas por todos os alunos):

1º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricula	Cr	T	E	P	EA	EX	CH (h)	Pré-Requisito
06740001	CG_RI	CIÊNCIA POLÍTICA	4	4					60	
06740002	CG_RI	EPISTEMOLOGIA E MET DAS CIÊNCIAS	4	4					60	

		SOCIAIS								
06740003	CG_RI	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL	4	4					60	
10900147	DH	HISTÓRIA I	4	4					60	
Total			16						240	

2º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740004	CG_RI	ECONOMIA POLÍTICA	4	4					60	
06740005	CG_RI	INTRODUÇÃO ÁS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	4					60	
06740006	CG_RI	GEOGRAFIA COMPARADA DA AMÉRICA LATINA	4	4					60	
10900148	DH	HISTÓRIA II	4	4					60	10900147
Total			16						240	

3º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740007	CG_RI	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I	4	4					60	06740005
10900149	CG_RI	HISTÓRIA COMPARADA DA AMÉRICA LATINA	4	4					60	10900148 10900147
06740009	CG_RI	MICROECONOMIA	4	4					60	06740004
06740010	CG_RI	DIREITO INTERNACIONAL I	4	4					60	
Total			16						240	

4º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740011	CG_RI	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II	4	4					60	06740007 06740005

06740012	CG_RI	POLÍTICA COMP E PENS POLÍTICO AMÉRICA LATINA	4	4					60	06740005
06740013	CG_RI	MACROECONOMIA	4	4					60	06740004 06740009
06740014	CG_RI	DIREITO INTERNACIONAL II	4	4					60	06740010
Total			16						240	

5º SEMESTRE

Código	Dept^{o} ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740015	CG_RI	ECONOMIA COMP PENS ECONÔMICO AMÉRICA LATINA	4	4					60	06740009 06740013 06740004
06740016	CG_RI	POLÍTICA INTERNACIONAL COMPARADA	4	4					60	06740011 06740007 06740005
06740017	CG_RI	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	4	4					60	06740011 06740007 06740012 06740005 06740001
06740018	CG_RI	PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA	4	4					60	06740014 06740010
Total			16						240	

6º SEMESTRE

Código	Dept^{o} ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740019	CG_RI	GLOBALIZAÇÃO E PROCESSOS INTEGRAÇÃO REGIONAL	4	4					60	06740011 06740007 06740005 06740001
06740020	CG_RI	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL	4	4					60	06740011 06740007 06740005 06740001
06740021	CG_RI	ECONOMIA INTERNACIONAL	4	4					60	06740009 06740013 06740004
06740022	CG_RI	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	4	4					60	06740011 06740007 06740005
Total			16						240	

7º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740023	CG_RI	MET PESQUISA APLICADA ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	4					60	06740011 06740007 06740005
06740024	CG_RI	MERCOSUL	4	4					60	06740011 06740007 06740005
06740025	CG_RI	ÉTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	4	4					60	06740011 06740007 06740005
06740026	CG_RI	COMÉRCIO EXTERIOR E FINANÇAS INTERNACIONAIS	4	4					60	06740009 06740013 06740004 06740021
Total			16						240	

8º SEMESTRE

Código	Deptº ou Unidade	Componente curricular	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (h)	Pré-Requisito
06740027	CG_RI	ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL	4	4					60	Todas as disciplinas até o 7° semestre
06740028	CG_RI	TCC (TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO)	8	8					120	Todas as disciplinas até o 7° semestre
Total			12						180	

3.1.3 Fluxograma do curso

FLUXOGRAMA DO CURSO

1° Semestre (240hs/16cr)	2° Semestre (240h/16cr)	3° Semestre (240h/16cr)	4° Semestre (240h/16cr)	5° Semestre (240h/16cr)	6° Semestre (240h/16cr)	7° Semestre (240h/16cr)	8° Semestre (180h/12cr)
11 6740001 4 Ciência Política	21 6740004 4 Economia Política	31 6740007 4 Teoria de RI I 6740005	41 6740011 4 Teoria de RI II 06740007/06740005	51 6740015 4 Economia Comparada e Pensamento Eco. na AL 06740009/06740013 6740004	61 6740019 4 Globalização e Processos de Integração Regional 06740011/06740007 06740005/06740001	71 6740023 4 Metodologia de Pesquisa aplicada às RIs 06740011/06740007 6740005	81 6740027 4 Análise de Conjuntura Internacional Todas disciplinas até determinado semestre (7)
12 6740002 4 Epistemologia e Metodologia em CS	22 6740005 4 Introdução às RIs	32 10900149 4 História Comparada da América Latina 10900148 10900147	42 6740012 4 Pol. Comparada e Pensamento Pol. na AL 6740005	52 6740016 4 Pol. Internacional Compara 06740011/06740007 6740005	62 6740020 4 Cooperação Internacional 06740011/06740007 06740005/06740001	72 6740024 4 Mercosul 06740011/06740007 6740005	82 6740028 4 TCC Todas disciplinas até determinado semestre (7)
13 10900147 4 História I	23 10900148 4 História II 10900147	33 6740009 4 Microeconomia 6740004	43 6740013 4 Macroeconomia 06740004/06740009	53 6740017 4 Pol. Externa Brasileira 06740011/06740007 06740012/06740005 6740001	63 6740021 4 Economia Internacional 06740009/06740013 6740004	73 6740025 4 Ética e RI 06740011/06740007 6740005	
14 6740003 4 Organização do Espaço Mundial	24 6740006 4 Geografia Comparada na AL	34 6740010 4 Direito Internacional I	44 6740014 4 Direito Internacional II 6740010	54 6740018 4 Proteção Internacional da Pessoa Humana 06740014/06740010	64 6740022 4 Organizações Internacionais 06740011/06740007 6740005	74 6740026 4 Comércio Exterior e Finanças Internacionais 06740009/06740013 06740004/06740021	
60h 6740030 **4** Estudos de Problemas Fronteiriços	**60h** 6740031 **4** Meio Ambiente e RI	**60h** 6740032 **4** Redes de Inovação e Cooperação Social	**60h** 6740033 **4** Seminário em RI	**60h** 6740035 **4** AL no contexto global	**60h** 6740036 **4** Segurança e Conflitos Internacionais	**60h** 6740037 **4** Conflitos e Movimentos Sociais na AL	
60h 6740038 **4** Gestão de Conflitos e Práticas de Negociação	**60h** 6740034 **4** Tópicos Especiais	**60h** 6740039 **4** Tópicos Especiais I	**60h** 6740040 **4** Tópicos Especiais II	**60h** 6740041 **4** Tópicos Especiais III	**60h** 6740042 **4** Tópicos Especiais IV		
60h 20000005 **4** Espanho Instrumental	**60h** 20000584 **4** Língua Espanhola I	**60h** 20000585 **4** Língua Espanhola II 20000584	**60h** 20000586 **4** Língua Espanhola III 20000585	**60h** 20000587 **4** Língua Espanhola IV 20000586			
60h 20000355 **4** Inglês I	**60h** 20000356 **4** Inglês II 20000355	**60h** 20000357 **4** Inglês III 20000356	**60h** 20000358 **4** Inglês IV 20000357	**60h** 20000084 **4** Língua Brasileira de Sinais - Libras I			**6740029** **Atividades Complementares** **400h**

3.2. FORMAÇÃO ESPECÍFICA

De acordo com a Resolução do COCEPE nº 29 de 2018, art. 124, o desenho curricular das atividades acadêmicas do Curso de Relações Internacionais é composto por oito semestres e atividades complementares, compreendendo três dimensões formativas: Formação Específica, Formação Complementar e Formação em Extensão, conforme legislação vigente. Devido ao impacto que a curricularização da extensão causará, o NDE definirá as atividades que mais se enquadram nas características do curso.

3.2.1 - Núcleo de fundamentos teóricos

As disciplinas do núcleo de fundamentos teóricos estão distribuídas entre o 1º e o 3º semestres. O objetivo deste núcleo é garantir ao graduando uma formação básica de espectro interdisciplinar, que lhe permita compreender as diferentes perspectivas teóricas e identificar os principais temas e questões relacionados às ciências humanas e sociais que fundamentam a técnica das Relações Internacionais: História, Geografia, Metodologias das Ciências Sociais, Ciência Política, Economia, Direito e a própria Teoria das Relações Internacionais.

3.2.2 - Núcleo de fundamentos aplicados

As disciplinas do núcleo de fundamentos teóricos estão distribuídas entre o 3º e o 5º semestres. Seu objetivo é oportunizar ao graduando o conhecimento, a análise teórica e a reflexão crítica acerca do desenvolvimento aplicado às relações internacionais das disciplinas que compõem seus fundamentos teóricos. Assim, o estudo dos pensadores brasileiros e latino-americanos e do contexto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais contemporâneas – no Brasil, na América Latina e no mundo – ganham centralidade.

3.2.3. Núcleo de formação específica

As disciplinas do núcleo de formação específica estão distribuídas entre o 5º e o 8º semestres. Seu o objetivo é dar acesso ao graduando aos conhecimentos teóricos e aplicados, de caráter interdisciplinar, que lhe permitam analisar, projetar e intervir em realidades distintas do contexto das relações internacionais, qualificando-o para o exercício profissional naquilo que o mercado de trabalho da área exige, a partir dos compromissos ético-políticos expressados neste

PPC. Assim, predominam as disciplinas relacionadas a aspectos específicos das relações internacionais, como por exemplo organizações, estratégias de intervenção e de construção de relações inter-organizacionais.

3.2.4. Núcleo de formação livre ou por disciplinas optativas

O núcleo de formação livre ou optativa reúne aquelas disciplinas que, realizadas pelo graduando em qualquer momento do curso, lhe permitem acessar conhecimentos teóricos, aplicados ou mesmo técnicos, que contribuam diretamente para sua formação em Relações Internacionais e/ou que lhe qualifiquem para áreas de interesse específico. O aluno deve cursar 40 créditos em disciplinas optativas, a título de formação livre.

O Colegiado de Relações Internacionais propõe que o núcleo de formação livre ou opcional seja dividido em 2 (dois) vieses:

a) Línguas estrangeiras – Nesta área o aluno de Relações Internacionais deverá cursar disciplinas voltadas para o aprendizado de idiomas, uma vez que a natureza do curso impõe o domínio desta habilidade. Sugere-se, fortemente, que o corpo discente escolha dentre as seguintes línguas: inglês, espanhol, francês, italiano, alemão, mandarim, árabe, japonês, russo, dentre outras.

b) Formação diversificada – Nesta área o aluno de Relações Internacionais deverá optar por matérias que estejam vinculadas com suas escolhas para o bom andamento do seu desempenho acadêmico na UFPel, além de propiciar o direcionamento de seu futuro como profissional.

As cadeiras poderão ser cursadas entre aquelas oferecidas pelo Curso de Relações Internacionais ou por outras unidades da UFPel.

QUADRO 4: QUADRO DE COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS

Código	Deptº ou Unidade	Componente	Cr	T	E	P	EAD	EXT	CH (horas)	Pré-Requisito
06740030	CG_RI	Estudos de Problemas Fronteiriços	4						60	-
06740031	CG_RI	Meio Ambiente e Relações Internacionais	4						60	-
06740032	CG_RI	Redes de Inovação e Cooperação Social	4						60	-
06740033	CG_RI	Seminário em RI	4						60	-
06740034	CG_RI	Tópicos Especiais	4						60	

06740035	CG_RI	América Latina no contexto global	4						60	-
06740036	CG_RI	Segurança e Conflitos Internacionais	4						60	-
06740037	CG_RI	Conflitos e Movimentos Sociais na AL	4						60	-
06740038	CG_RI	Gestão de Conflitos e Práticas de Negociação	4						60	-
06740039	CG_RI	Tópicos Especiais I	4						60	-
06740040	CG_RI	Tópicos Especiais II	4						60	-
06740041	CG_RI	Tópicos Especiais III	4						60	-
06740042	CG_RI	Tópicos Especiais IV	4						60	-
20000005	CLC	Espanhol Instrumental	4						60	-
20000355	CLC	Inglês I	4						60	-
20000356	CLC	Inglês II	4						60	20000355
20000357	CLC	Inglês III	4						60	20000356
20000358	CLC	Inglês IV	4						60	20000357
20000584	CLC	Língua Espanhola I	4						60	-
20000585	CLC	Língua Espanhola II	4						60	20000584
20000586	CLC	Língua Espanhola III	4						60	20000585
20000587	CLC	Língua Espanhola IV	4						60	20000586
20000084	CLC	Língua Brasileira de Sinais - Libras I	4	3			1		60	

3.3. Atividades complementares

As atividades complementares são parte obrigatória do currículo do Curso de Relações Internacionais e objetivam oferecer ao graduando oportunidades de exercício acadêmico ou profissional de caráter prático ou na forma de complementação teórica através de atividades específicas, podendo ser constituídas, portanto, de atividades de ensino que não constituam disciplinas regulares (como seminários, oficinas e cursos de extensão, por exemplo), de atividades de pesquisa (em atividades de campo ou de laboratório, ou ainda como participação ativa em congressos e simpósios, por exemplo) ou atividades de extensão (em programas ou projetos de extensão, por exemplo).

Para a conclusão do Curso de Relações Internacionais da UFPel exige-se que o aluno tenha obtido um total de 400 *horas-efetivas de atividades complementares*, devidamente comprovadas, em atividades de ensino, pesquisa e extensão. Uma hora-efetiva de atividade complementar é o equivalente ao número de horas de trabalho realizado em uma das atividades complementares previstas neste projeto, multiplicado pelo peso dado à atividade complementar específica de acordo com a tabela abaixo:

Cabe ressaltar a necessidade de manter o equilíbrio entre as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, uma vez que a ideia primordial das Atividades Complementares é permitir que o acadêmico usufrua do mundo interdisciplinar da Universidade com condições de avançar na sua formação completa.

Quadro: conversão de horas de trabalho em atividade complementar em horas-efetivas para cálculo de aproveitamento curricular:

	Tipo de atividade complementar	*Nº horas*	*Multipli-cador*	*Horas-efetivas*
1	Projetos de pesquisa desenvolvidos por professores vinculados ao Curso de Relações Internacionais.		1,0	
2	Projetos de extensão desenvolvidos por professores vinculados ao Curso de Relações Internacionais.		1,0	
3	Projetos de ensino desenvolvidos por professores vinculados ao Curso de Relações Internacionais.		1,0	
4	Projetos de pesquisa, ensino ou de extensão desenvolvidos por professores não vinculados ao Curso de Relações Internacionais, com correspondência com as disciplinas/áreas desenvolvidas no Curso.		0,75	
5	Projetos de pesquisa, ensino ou de extensão desenvolvidos por professores não vinculados ao Curso de Relações Internacionais, sem correspondência com disciplinas/áreas desenvolvidas no Curso.		0,25	
6	Organização de seminários e outros eventos promovidos pelo Curso de Relações Internacionais ou por projetos e programas a ele vinculados.		0,25	
7	Participação em congressos/ seminários/ encontros/ eventos de iniciação científica com apresentação de trabalho acadêmico pelo graduando, reconhecidos pela área.		6	
7.1	Participação em congressos/seminários/encontros estudantis com apresentação de trabalho acadêmico pelo graduando fora da UFPel.		4	

7.2	Participação em congressos/seminários/encontros estudantis com apresentação de trabalho acadêmico pelo graduando dentro da UFPel.		2	
8	Participação em congressos ou seminários, sem apresentação de trabalho acadêmico pelo graduando:			
8.1	Em áreas correlatas.		0,5	
8.2	Em áreas não correlatas.		0,25	
9	Estágio curricular não-obrigatório.		1,0	
10	Curso de idioma em língua estrangeira diverso das línguas proficientes consideradas como requisito para conclusão de curso.		1,0	
11	Cursos de capacitação complementares presenciais relacionados à área de Relações Internacionais, promovidos por instituições com reconhecimento acadêmico/profissional/técnico.		1,0	
12	Cursos de capacitação complementares à distância relacionados à área de Relações Internacionais, promovidos por instituições com reconhecimento acadêmico/profissional/técnico.		0,75	

3.4. Regulamentação do estágio não obrigatório em Relações Internacionais

Com vistas a fomentar uma ponte entre a formação teórica obtida ao longo do curso com a experiência profissional na área de Relações Internacionais, o aluno poderá exercer o estágio não obrigatório sob a supervisão e responsabilidade do Coordenador do Curso de Relações Internacionais, conforme regulamentação específica a ser produzido futuramente.

O Projeto Político Pedagógico do Curso de Relações Internacionais para a prática de estágios é regido pela Resolução nº 04 de junho de 2009, que rege a prática de estágios obrigatórios e não obrigatórios por alunos da UFPel. A resolução tem fundamento legal na Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

Os objetivos do estágio não obrigatório são:

- Propiciar a relação entre teoria e prática;
- Estimular a complementação do processo de ensino-aprendizagem, de acordo com o currículo do curso;
- Fomentar o contato direto no mundo profissional das Relações Internacionais, bem como desenvolver uma consciência profissional.

Esta atividade poderá ser exercida no âmbito publico e ou privado. Baseado na realidade de Pelotas é possível sugerir alguns locais de estágio: a) Secretaria da Receita Federal; b) Polícia Federal: c) Prefeitura Municipal de Pelotas; d) Representações diplomáticas e consulares; e) Organizações privadas: f) Organizações não-governamentais, dentre outras.

Em virtude da proximidade geográfica com os países vizinhos do MERCOSUL, é recomendável, na medida do possível, a celebração de acordos entre a UFPel e as representações diplomáticas brasileiras, bem como com os órgãos do MERCOSUL e demais consulados e missões diplomáticas localizadas na região e universidades da região.

3.4.1. Modalidades de estágio não obrigatório

Para o caso específico do curso de bacharelado em Relações Internacionais, o projeto pedagógico contempla apenas a possibilidade de realização de estágio não-obrigatório.

Segundo a Resolução nº 04 de 08 de Junho de 2009, estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, portanto, não poderá ser contabilizado como horas de Atividade Complementar.

O estágio poderá ser realizado em qualquer fase do curso, em conformidade com o que determina a resolução, em áreas que são pertinentes e regulamentadas como sendo específicas de atuação do profissional com formação em Relações Internacionais.

3.4.2. Local do estágio

O aluno poderá escolher o local e a área para a realização do estágio, podendo este ser realizado em organizações públicas, privadas, comunitárias, governamentais ou não governamentais, com ou sem fins lucrativos, que possuam atividades relacionadas com as características descritas como sendo pertinentes à área de atuação do profissional, cuja formação contempla o conhecimento em Relações Internacionais.

Os estágios poderão ser realizados no município de Pelotas ou fora dele, desde que obedeçam aos critérios e demais requisitos do Manual de Estágio e das normas da UFPel.

3.4.3 Termo de compromisso

As atividades de estágio somente serão válidas quando precedidas da celebração de um Termo de Compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e o Coordenador do Colegiado do Curso de Relações Internacionais, nomeado pelo colegiado do referido curso.

O termo de compromisso entre as partes deverá ser celebrado obedecendo, rigorosamente, o cumprimento das normas estabelecidas pelo regulamento de estágios proposto pela legislação vigente (Lei 11.788 de 2008).

No termo de compromisso deve constar a carga horária diária – que não pode ser superior a 06 (seis) horas – e a carga horária semanal, não superior a 30 (trinta) horas, além das demais condições regulamentares propostas pela instituição concedente.

3.5. Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

1. O Trabalho de Conclusão Curso (TCC) constitui requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, constituindo parte da carga horária curricular prevista.

2. O graduando deverá ter cursado com aprovação e freqüência regular todas as disciplinas obrigatórias exigidas que constam da grade de curricular até o 7º semestre, para posteriormente matricular-se no componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no oitavo e último semestre do curso.

3. Ao concluir as disciplinas obrigatórias do 7º semestre, o graduando deverá solicitar orientação a um professor-orientador, a ser escolhido entre os professores membros dos departamentos que ministram disciplinas ao Curso de Relações Internacionais, e obter seu aceite como orientador formalmente (em documento escrito ou mensagem eletrônica devidamente identificada).

4. O graduando deverá informar à Coordenação do Curso o nome do orientador escolhido até a data de encerramento do semestre letivo imediatamente anterior à sua matricula no componente curricular de TCC, bem como – no mesmo prazo – apresentar ao professor-orientador um plano de atividades, contendo um cronograma de realização do TCC.

5. No prazo máximo de 20 dias decorridos do início do semestre letivo, o graduando deverá apresentar à Coordenação do Curso um resumo prévio do TCC, com comprovação escrita de sua aprovação pelo Orientador, com a seguinte configuração:

(i) título (com ou sem subtítulo, totalizando um máximo de 25 palavras);

(ii) 5 palavras-chave (palavras ou expressões, totalizando um máximo de 12 palavras);

(iii) resumo (máximo de 300 palavras) contendo, no mínimo: (a) tema central, (b) problema ou pergunta norteadora e (c) objetivos.

6. O graduando deverá protocolar a entrega do TCC no prazo máximo de 20 dias antes do término do semestre letivo, em acordo com o calendário acadêmico da UFPel. O trabalho deverá ser entregue impresso em duas vias e em mídia eletrônica de uso comum e de fácil manuseio.

7. O Colegiado de Curso deverá publicar, antes do início do semestre letivo, as datas limites para o cumprimento das normas acima estabelecidas. O descumprimento de qualquer dos prazos pelos graduandos acarretará sua reprovação automática no componente curricular de TCC.

8. O TCC deverá ter as seguintes características, que serão avaliadas pela banca examinadora.

i. deverá versar sobre questão diretamente vinculada aos temas das relações internacionais;

ii. deverá estar adequado em sua qualidade – quanto à forma, conteúdo e linguagem – a um trabalho científico (artigo) realizado por um profissional da área com formação acadêmica específica;

iii. sua formatação deverá obedecer às normas vigentes da ABNT para artigos científicos, não devendo ultrapassar, em seu todo (incluindo título, qualificação do autor, bibliografia etc.), mais que 25 laudas.

9. O TCC será avaliado por banca examinadora formada pelo orientador e por outro professor, com titulação mínima de mestre, indicado e aprovado pelo Colegiado de Curso.

10. Em dia, horário e local previamente estabelecidos, o graduando deverá apresentar-se à banca examinadora com o propósito precípuo de responder a eventuais dúvidas suscitadas pelo trabalho, sem outras apresentações ou comentários prévios.

11. A banca deverá então reunir-se em separado para emitir um parecer por escrito sobre o trabalho apresentado, estabelecendo sua nota. A redação do parecer é responsabilidade do orientador, mas deve ser integralmente aprovado pelo outro membro da banca. Em caso de divergência inconciliável, um terceiro membro da banca deverá ser indicado pelo Colegiado de Curso e o parecer será emitido por decisão de maioria.

12. A banca tem prazo máximo de 48 horas a contar do final da defesa para publicação do parecer, salvo na necessidade de indicação do terceiro membro da banca, quando o prazo estabelecido será de 7 (sete) dias a contar da defesa.

Cabe ressaltar que o TCC, enquanto um componente curricular do PPC, não é passível de realização do Exame Final, sendo considerado aprovado(a) o(a) estudante que obtiver nota mínima de 7,0 no parecer final de avaliação.

3.6. Proficiência em línguas estrangeiras

Também constituirá requisito para obtenção do diploma de bacharel em relações internacionais a comprovação, pelo graduando, até o final do 8º semestre, de proficiência de nível intermediário em duas línguas estrangeiras, dentre as seguintes: inglês, espanhol, francês, italiano, alemão, mandarim, árabe, japonês ou russo; sendo obrigatória a proficiência em inglês ou em espanhol.

A comprovação da proficiência, *para cada uma* das línguas, se fará mediante uma das seguintes alternativas:

(a) aprovação em prova de proficiência para nível de graduação, elaborada pela Faculdade de Letras e realizada na primeira quinzena de cada semestre letivo, para as línguas correspondentes aos cursos de graduação de Letras existentes na UFPel, e referentes ao domínio de nível intermediário dos seguintes fundamentos: compreensão textual, compreensão oral, produção textual, produção oral.

(b) freqüência regular e aprovação em quatro disciplinas seqüenciais, de 4 créditos (68 horas-aula), oferecidas pelo Centro de Letras e Comunicação ou pelo Curso de Bacharel em Relações Internacionais, ambos da UFPel. Ressalta-se que conforme preconizado no Regulamento de Ensino de Graduação da UFPel, a Seção IV "Do Aproveitamento por Extraordinário Conhecimento (Prova de Proficiência)", é permitido ao aluno solicitar uma

avaliação especial para comprovar o seu conhecimento, e, se aprovado, será dispensado de cursar o referido componente, tendo o registro da dispensa realizado em seu histórico escolar. (Resolução COCEPE nº 29, de 13 de setembro de 2018, Art. 107).

(c) aprovação em prova de diplomação de língua nacional para estrangeiros, realizada e expedida por instituição internacional, de nível intermediário. Serão aceitos/creditados diplomas de nível intermediário relativos aos seguintes exames, expedidos pelas respectivas instituições:

Quadro: exames de língua estrangeira aceitáveis como comprovação de proficiência de língua estrangeiro, dentro do prazo de validade de cada um.

Língua	*Exame / Diploma*	*Instituição*	*País*	*Exame*
Inglês	IELTS - International English Language Testing System	British Council/ Cambridge University	Reino Unido	A definir
Inglês	TOEFL – Test of English as a Foreign Language	Educational Testing Service	Estados Unidos	A definir
Espanhol	DELE – Diploma de Español como Lengua Estrangera	Instituto Miguel Cervantes	Espanha	A definir
Francês	DELF – Diplôme d'études en langue française	Centre International d'Etudes Pédagogiques	França	A definir
Alemão	DaF - Deutsch als Fremdsprache	Goethe Institut	Alemanha	A definir
Italiano	DILI: Diploma Intermédio di Lingua Italiana	Accademia Italiana di Lingua/AIL	Itália	A definir
Árabe	A definir			
Mandarim	A definir			
Japonês	A definir			
Russo	A definir			

OBSERVAÇÃO: as definições relativas aos exames "a definir" serão tomadas a *posteriori* pelo Colegiado de Curso.

O Colegiado de Curso poderá descredenciar qualquer dos exames acima previstos, credenciando outros exames e/ou instituições. Os motivos para descredenciamento serão de

natureza institucional, como por exemplo: alterações oficiais nos países de origem, descredenciamento dos órgãos oficiais brasileiros de educação, perda evidenciada de qualidade do exame etc. Entretanto, o exame excluído permanecerá sendo validado como proficiência de língua estrangeira pelo prazo de dois anos.

Em caso de credenciamento de qualquer exame de proficiência, como nos casos referidos, a validade do exame entra em vigência imediatamente após a decisão do Colegiado de Curso.

Casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, obedecendo-se à legislação vigente e os regulamentos da UFPel.

4. Interdisciplinaridade, inclusão, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e articulação com programas de pós-graduação

O estudo e a prática profissional, na área de relações internacionais, não podem prescindir dos processos interdisciplinares. Relações sociais e humanas, especialmente aquelas desenvolvidas no âmbito de diferenças geo-humanas marcadas pela internacionalidade, obrigam seus agentes a buscar compreender o contexto em que atuam a partir de perspectivas necessariamente multi ou interdisciplinares.

Por isto, a grade curricular do Curso de Relações Internacionais da UFPel é marcadamente interdisciplinar, reunindo disciplinas de áreas diversas do conhecimento: história, geografia, lingüística, política, economia, direito. O exercício pedagógico da interdisciplinaridade, por outro lado, deverá se operar concretamente a partir de atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas a partir de grupos de trabalho interdisciplinares, orientados por professores das diversas áreas que atuam no curso, bem como pelo incentivo permanente à análise interdisciplinar de cada questão relacionada à conjuntura e ao contexto internacionais.

Por outro lado, os projetos e programas de pesquisa relacionados ao curso deverão dialogar com as necessidades diretas da comunidade regional, orientando – portanto – a formação de projetos e programas de extensão vinculados diretamente à pesquisa, num processo dialógico entre universidade e comunidade, no sentido de que a investigação científica seja socialmente orientada e de que seus resultados sejam socializados.

Por fim, cabe salientar que a entrada em vigor do PPC/RI, com as características aqui apresentadas, deverá garantir aos seus egressos a qualificação necessária para a continuidade de seus estudos, em nível de pós-graduação, nos diversos programas de mestrado e doutorado nas áreas de ciências humanas e ciências sócias aplicadas da UFPel, bem como de programas situados em fronteiras científicas entre estas e outras áreas.

4.1 Inclusão das Pessoas com Necessidades Especiais

A formatação do curso, seja pelos conteúdos quanto pela infraestrutura, pautará pela inclusão social, com atenção diferida às pessoas com necessidades especiais, na edificação dos espaços de ensino, nos termos da legislação vigente, e na viabilização de LIBRAS, conforme Decreto Lei n. 5.626.

5. Metodologia de Ensino e Sistema de Avaliação

Conforme as disposições iniciais do Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel, o artigo 3º prevê que os PPCs dos cursos de graduação sejam orientados por princípios educativos promotores da integração entre ensino, pesquisa e extensão nos processos de ensino e de aprendizagem. Assim, interdisciplinaridade se constitui no principal procedimento metodológico para promover a coesão entre os componentes curriculares previstos no PPC/RI, bem como a incorporação de novas tecnologias para aprimorar as habilidades e competências previstas na formação acadêmica.

5.1. Concepção de Avaliação

O Colegiado de Relações Internacionais parte do principio que a avaliação é um exercício de seguimento e modificação do processo de ensino-aprendizagem, por meio da análise, do registro, da observação e da reflexão, onde a comunicação dos resultados e a tomada de decisão serão utilizadas para atingir os objetivos traçados pelo PPC.

É fundamental fazer diagnósticos periódicos, com vistas a buscar uma análise da situação do curso, informando o aluno de seus limites e seus avanços e preparar novas atividades que poderão ajudar o corpo discente a superior suas dificuldades.

Esta forma de avaliação assume o compromisso com a aprendizagem efetiva na continuidade do estudo, dando ao aluno a oportunidade de reconstruir a sua aprendizagem e respeitando a diversidade dos alunos decorrentes de suas características individuais e culturais, aceitando os vários caminhos de aprendizagem, em ritmos diferentes, que se manifestam em especificidades de trajetórias escolar e de vida.

5.2 Avaliação da aprendizagem

É recomendável que os processos de avaliação sejam variados em número e tipo, podendo-se adotar outras formas além da prova escrita, a critério do professor. São exemplos: provas orais, trabalhos científicos, controles de leitura, debates e discussões, apresentação de seminários, relatórios, *papers*, pesquisas de campo, pesquisas bibliográficas, dentre outros.

Da mesma forma, o PPC/RI recomenda que as provas escritas sejam realizadas em forma dissertativa, evitando-se as provas exclusivamente de escolha objetiva, uma vez que o exercício da intervenção profissional exigirá do Bacharel em Relações Internacionais pleno domínio do processo redacional.

Avaliação dos alunos:

Para fins de aferir o rendimento acadêmico será feita por disciplina, sendo exigida a nota 7,0 (sete) para aprovação. Os alunos com média inferior a 3,0 (três) estão reprovados, os demais deverão realizar exame final, que contemplará todo conteúdo programático da matéria durante o semestre. Os alunos que realizarem o exame serão aprovados se a média aritmética simples entre a nota do exame e a média do semestre for igual ou superior a 5,0 (cinco).

Ao aluno será permitida a ausência de até 25% das aulas presenciais. A verificação de comparecimento é obrigatória e será realizada pelo professor em cada encontro com o corpo discente na sala de aula, fundamentado no artigo 47, parágrafo 3º, da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 1996).

O professor de cada disciplina deverá realizar um mínimo de duas avaliações ao longo do semestre para a obtenção da média semestral (os pesos de cada avaliação serão determinados pelo professor). O Plano de Trabalho deverá ser discutido com os acadêmicos e posteriormente deverá passar pelo colegiado

5.3. Avaliação do Curso na dimensão pedagógica

O PPC/RI estipula que ao final de cada ano, o Colegiado de Curso deverá reunir-se em seminário interno, com a participação da representação discente e possíveis convidados, para avaliação do funcionamento geral do Curso, definindo – a partir daí – resolução e encaminhamentos para seu aperfeiçoamento.

Esta atividade poderá ser feita por meio de instrumentos objetivos como: sistema de auto-avaliação com docentes e discentes, além de membros da comunidade acadêmica em geral.

5.4. Avaliação do Curso na dimensão estrutural

Por fim, o Colegiado de Relações Internacionais deverá reunir-se a cada seis meses, com a participação de representantes do corpo discente, para avaliar as condições da dimensão estrutural oferecidas pelo curso (ex: número de salas para alunos e professores, obras bibliográficas, espaço para convivência, número de equipamentos disponíveis, dentre outros).

As possíveis demandas existentes serão enviadas formalmente pelo Coordenador do Curso às autoridades da UFPel para as providências cabíveis.

6. Caracterização das disciplinas da grade curricular

6.1 1º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/1º semestre
DISCIPLINA	CIÊNCIA POLÍTICA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Presencial
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL: Visa apresentar a formação do Estado moderno e sua importância na atualidade. Política e Poder. Principais abordagens na Ciência Política. Estado, divisão de poderes, classes sociais. Sistemas políticos comparados. Formas de governo, partidos, sistemas partidários. ESPECÍFICOS: Estimular o conhecimento da Ciência Política ao corpo discente, a partir de reflexões e debates em sala de aula.
EMENTA	Definição de poder, política, formação do Estado moderno. Classificação de governos, participação de setores sociais, partidos políticos e formas de governo. Instituições políticas brasileiras.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> BOBBIO, Noberto. Teoria geral da política. Rio de Janeiro: Campus, 2000. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1989. WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da Política. São Paulo. Ed. Ática. Volumes I e II. 2008. <u>COMPLEMENTAR</u> AVELAR. Lucia e CINTRA. Antônio Otávio

	(orgs). Sistema Político Brasileiro. São Paulo. Ed. Unesp. 2006. BOBBIO, Noberto. As ideologias e o poder em crise. Brasília: Editora da UnB & São Paulo: Polis, 1988. BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política. Brasília. Ed. UnB. 1997. CARNOY, M. Estado e teoria política. Campinas: SP: Papirus, 1990. DIAS. Reinaldo. Ciência Política. São Paulo. Ed. Atlas. 2008. DOLHNIKOFF, Miriam. Pacto Imperial: As origens do federalismo brasileiro. RJ, Ed. Globo. 2005. DUVERGER, Maurice. Ciência política. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto São Paulo Ed. ALFA OMEGA 1976
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/1º semestre
DISCIPLINA	EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar os fundamentos da Filosofia das Ciências, o problema do método e das Ciências Sociais e suas principais linhas de pensamento, bem como analisar as condições históricas, sociais e intelectuais que possibilitaram o surgimento da Sociologia como ciência.
EMENTA	O surgimento das Ciências Sociais; perspectiva sociológica; pilares do pensamento sociológico mundial e brasileiro;
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA BERGER, Peter. Perspectivas sociológicas: uma visão humanística. Petrópolis, Ed. Vozes, 1995. GIDDENS. Anthony. Sociologia. São Paulo. Ed. Artmed. 2005. MARTINS, Carlos Benedito O que é Sociologia. São Paulo. Ed. Brasiliense. 2006. COMPLEMENTAR BERGER, Peter e Brigitte.O que é uma Instituição Social. Ed. LTC. 2000. CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. A era da Informação: Economia, sociedade e Cultura. São

	Paulo. Ed. Paz e Terra. Vol. 2. 1999. DURKHEIM, Emile. As Regras do Método Sociologico. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 1999. MILLS. Wright. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro. Ed. Zahar.1965.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/1º semestre
DISCIPLINA	HISTÓRIA I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	--
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Departamento de História
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Analisar a formação histórica do capitalismo, da expansão mercantilista à consolidação dos estados liberais no final do século XIX.
EMENTA	Mercantilismo e transição; construção do conceito de modernidade; ascensão da burguesia e consolidação dos Estados liberais. Formação do Brasil colonial, independência política e republicanismo.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1994. HOBSBAWM, Eric. A era das revoluções (1789-1848). São Paulo: Paz e Terra, 1994. HOBSBAWM, Eric. A era do capital (1848-1975). São Paulo: Paz e Terra, 1998. FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Globo, 1958. HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira,2008. <u>COMPLEMENTAR</u> ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada – da renascença ao século das luzes (3). São Paulo: Companhia das Letras, 1991. ROSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. São

	Paulo: Martin Calret, 2008. TOQUEVILLE, Alexis. A democracia na América. São Paulo: Itatiaia, 1998.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/1º semestre
DISCIPLINA	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar e analisar a configuração geográfica humana do mundo contemporâneo, com ênfase nos processos demográficos, políticos, sociais e econômicos.
EMENTA	Conceitos e teorias fundamentais da geografia humana; demografia, territórios e espaço econômico: conceitos básicos, dinâmica histórica e fenômenos contemporâneos. O processo histórico da globalização; o conceito de Estado nacional na nova configuração geográfica internacional; a formação dos blocos – história e distintas configurações; os fenômenos populacionais na nova ordem mundial.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> DAMIANI, Amélia Luisa. População e Geografia. São Paulo, SP; Editora Contexto, 1991. 107 p. Série: Coleção Caminhos da Geografia. FONT, Joan Nogué. Geopolítica, identidade e globalização. São Paulo: Annablume, 2006. HAESBAERT, Rogerio; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: EdUNESP, 2005. PENNAFORTE, Charles et al. Panorama contemporâneo – geopolítica e relações internacionais. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2008. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização – do

	pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2008. SMITH, Graham et al. Geografia humana-sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. <u>COMPLEMENTAR</u> HARVEY, David. Condição pós-moderna – um estudo sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1995. SASSEN, Saskia. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998. SALGADO, Sebastião. Êxodos. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

6.2. 2º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/2º semestre
DISCIPLINA	INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Presencial
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVOS:	GERAL: Apresentar as características principais da área de Relações internacionais como: sistema internacional, atores, agentes e interesses., bem como os fenômenos e os aspectos que norteiam o mundo. ESPECÍFICOS: Desenvolver o senso crítico do corpo discente, a partir de reflexões e debates em sala de aula
EMENTA	Mostrar os principais conceitos no estudo das Relações Internacionais como: política externa, diplomacia, poder, atores e agentes que atuam no cenário global. Apresentar as características do meio internacional, bem como os fenômenos e os aspectos que norteiam o mundo.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA: CARR, E.H. Vinte anos de crise. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002. JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. Introdução às relações internacionais – Teorias e abordagens. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora.,

	2007. SOREANO PECEQUILO, Cristina. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões. Petrópolis: Vozes, 2004. <u>COMPLEMENTAR:</u> BULL, H. A Sociedade Anárquica. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB.São Paulo:Imprensa Oficial do Estado, 2002. DUROSELLE, J.B. Todo império perecerá. Brasília. Ed. UnB 2. KISSINGER, H. A. O Mundo Restaurado. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/2º semestre
DISCIPLINA	ECONOMIA POLÍTICA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar os fundamentos da ciência economia correspondentes às suas principais escolas de pensamento.
EMENTA	Economia como ciência; a economia clássica; a crítica marxista; a economia neoclássica; a heterodoxia keynesiana; economia novo-clássica.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> FUSFELD, Daniel. A era do economista. São Paulo: Saraiva, 2007. HUNT, E. K. História do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Campus, 2005. HEIMANN, Eduard. História das doutrinas econômicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. <u>COMPLEMENTAR</u> SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Nova Cultural, 1985. MARX, Karl. O capital – vol. 1 e 2. São Paulo: Nova Cultural, 1985. KEYNES, John Maynard. Teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, 1985. FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/2º semestre
DISCIPLINA	HISTÓRIA II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	História I
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Departamento de História
CARGA HORÁRIA	68h/a
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Analisar o desenvolvimento histórico do capitalismo mundial, incluindo as formas de sua contestação, ao longo do século XX.
EMENTA	Liberalismo econômico e conflitos (guerra mundial e socialismo) no primeiro quartel do século XX; crise do liberalismo e II Guerra Mundial; Guerra-Fria; hegemonia neoliberal. República velha e liberalismo, Estado novo e redemocratização, populismo e desenvolvimentismo, neoliberalismo.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> HOBSBAWM, Eric. A era dos impérios (1875-1914). São Paulo: Paz e Terra, 1998. HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos – o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. POLANYI, Karl. A grande transformação – as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder. Porto Alegre: Globo, 1958. <u>COMPLEMENTAR</u> ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. História da vida privada – da primeira guerra aos nossos dias (5). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

	ARENDT, Hannah. As origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/2º semestre
DISCIPLINA	GEOGRAFIA COMPARADA DA AMÉRICA LATINA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir.
OBJETIVO	Conhecer e analisar a configuração geográfica humana da América Latina, em caráter comparado, com ênfase nos países do MERCOSUL.
EMENTA	Configuração comparada os espaços geográficos humanos (populações, territórios, espaço econômico) dos principais países da América Latina, com especial atenção aos parceiros do MERCOSUL.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> GALLUP, John Luck; GAVIRIA, Alejandro; LORA, Eduardo. Geografia é destino? Lições da América Latina. São Paulo: EdUnesp, 2005. SILVEIRA, Maria Laura et al. Continente em chamas – globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. SANTOS, Maria Sirley dos. Geografias: terra e culturas na América Latina. São Paulo: Loyola, 2008. <u>COMPLEMENTAR</u> CASTRO, Josué. Geografia da fome – dilema brasileiro: pão ou aço? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. SALGADO, Sebastião. Outras Américas. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes; DANTAS,

	Alexis T.; BAHIA, Luiz Henrique Nunes (2006). América Latina em construção – sociedade e cultura. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

6.3. 3º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/3º semestre
DISCIPLINA	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução às relações internacionais
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Presencial
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL: A disciplina visa estudar as principais correntes de pensamento nas Relações Internacionais (como realismo político, neo-realismo, liberalismo e globalismo). Debates e críticas sobre a compreensão dos fenônemos mundiais. ESPECÍFICOS Apresentar os marcos teóricos das Relações Internacionais, a partir da construção de cenários contextualizados de cada período estudado.
EMENTA	Idealismo, realismo, neo-realismo, liberalismo, neo-liberalismo e globalismo
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> BRAILLARD, Philippe. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998. DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF, Robert L. Jr. Relações internacionais: As teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, 2003. ROCHA, Antônio Jorge. Relações Internacionais: Teorias e Agendas. Brasília. Ed.FUNAG-IBRI, 2002. VIOTTI, Paul R; KAUPPI, Mark V. International

	relations theory: realism,pluralism, globalism and beyond. 3rd ed. Boston:Allyn and Bacon, 1999. <u>COMPLEMENTAR</u> ARON, Raymond. Paz e guerra entre as nações. Coleção Clássicos IPRI. Editora UnB, IPRI. Brasília, 2002. KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. Power and interdependence. 2o ed. Glenview:Foresman and Company, 1985. MORGENTHAU, Hans. Política entre as Nações. Coleção Clássicos IPRI. Editora NYE, JR., Joseph S. Understanding international conflicts: an introduction to theory and history. New York: Longman, 2000. WALTZ, Kenneth N..cO homem, o Estado e a guerra. São Paulo: Martins Fontes, 2004
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/3º semestre
DISCIPLINA	MICROECONOMIA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Economia Política
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar os fundamentos teóricos referentes ao comportamento econômico dos agentes básicos (consumidores, produtores/firmas).
EMENTA	Teorias do consumo e comportamento dos consumidores; equilíbrio econômico das firmas; função de utilidade e função de produção; teoria do comportamento das firmas em diferentes condições de mercado.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> LIEBERMAN, Marc; HALL, Robert Ernest. Microeconomia – princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira, 2003. VARIAN, Hal. Microeconomia – princípios básicos. Rio: Campus, 2006. STIGLITZ, J.E.;WALSH,C.E. Introdução à Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003. <u>COMPLEMENTAR</u> FERGUNSON, C. E. Microeconomia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993. PINDYCK, R.S., RUBINFELD, D.L. Microeconomia. São Paulo: Prentice-Hall, 2002. EATON, B.C., EATON, D.E. (1995)

	Microeconomia. São Paulo: Saraiva, 1999.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações Internacionais / 3º semestre
DISCIPLINA	HISTÓRIA COMPARADA DA AMÉRICA LATINA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	História I, História II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	TEÓRICA
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Analisar de forma comparada a formação histórica dos principais estados nacionais da América Latina, com ênfase nos países parceiros do MERCOSUL.
EMENTA	América Latina no contexto do colonialismo mercantilista; processos de independência e relação com os países centrais; consolidação do capitalismo e relação centro-periferia; desenvolvimento histórico dos principais estados nacionais latino-americanos até o começo do século XX. Liberalismo econômico e estados nacionais na América Latina no começo do século XX; crise liberal e desenvolvimentismo; radicalização política e regimes militares; neoliberalismo e novos movimentos sociais.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> BETHEL, Leslie. História da América Latina – 6 volumes. São Paulo: EdUSP, 2001/2002/2003. DAYRELL, E. G. e IOKOI, Z. M. G. (org.). América Latina Contemporânea: Desafios e perspectivas. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Expressão e Cultura, 1996. T.4. WASSERMAN, Claudia; SCHMIDT, Benito Bisso. História da América Latina – cinco séculos:

	temas e problemas. Porto Alegre: EdUFRGS, 2008. <u>COMPLEMENTAR</u> CARDOSO, Ciro F.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. História econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Graal, 1988. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. BELLOTTO, M. e MARTINEZ CORRÊA, A. (orgs.). A América Latina de colonização espanhola. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

CURSO/SEMESTRE	Relações Internacionais / 3º semestre
DISCIPLINA	DIREITO INTERNACIONAL – I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	A disciplina visa mostrar o desenvolvimento histórico-jurídico de Direito Internacional, bem como suas personalidades e o sistema de fontes existente.
EMENTA	Introdução ao Direito. Estudar as noções doutrinárias gerais sobre a disciplina, O Estado em Direito Internacional, Organizações Internacionais. O Domínio Público Internacional.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> BROWNLIE, Ian. Princípios de Direito Internacional Público. Tradução de Maria M. Farrajota et. al. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. MAZZOULI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 12. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2000, vol.1 e 2.

	REZEK. J. Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2008. <u>COMPLEMENTAR</u> MEDEIROS, Antonio Cachapuz de. O poder de celebrar tratados. Porto Alegre: SAFE, 1990. REZEK. José Francisco. O Direito Internacional no Século XXI: Textos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2002. SILVA, Roberto Luiz. Direito Internacional Público. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2002. STRENGER. I. Direito Internacional Privado. São Paulo. Ed. LTR. 2005. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. O Direito Internacional em um Mundo em Transformação. Renovar: Rio de Janeiro, 2002. 1164p.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

6.4. 4º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/4º semestre
DISCIPLINA	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS – II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução as Relações Internacionais; Teoria das Relações Internacionais I
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Presencial
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Apresentar as principais linhas de estudos e debates recentes das Relações Internacionais, a fim de permitir o entendimento dos temas contemporâneos neste campo de pesquisa ESPECÍFICOS Propiciar ao corpo discente o estudo das correntes teóricas, habilitando-o para compreender a realidade internacional.
EMENTA	Visão contemporânea de autores que abordam os fenômenos recentes da área das Relações Internacionais como: globalismo, construtivismo e caos no sistema internacional.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF, Robert L. Jr. Relações Internacionais: as teorias em confronto. Lisboa: Gradiva, 2003. ROCHA, Antonio Jorge Ramalho da. Relações internacionais: teorias e agendas.

	Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002. SMOUTS, Marie-Claude (org.). As novas relações internacionais. Práticas e teorias. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2004 <u>COMPLEMENTAR</u> BULL, H. A Sociedade anárquica. Coleção Clássicos IPRI. Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília, 2002. MESSARI, Nizar & Nogueira, João Pontes. Teoria das relações internacionais: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. WENDT, A. Social theory of international politics. Cambridge: Cambridge Univ. Press,1999. WIGHT, Martin. A política do poder. Brasília: Ed. UnB/IPRI, 2002.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/4º semestre
DISCIPLINA	POLÍTICA COMPARADA E PENSAMENTO POLÍTICO DA AMÉRICA LATINA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução as Relações Internacionais
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Apresentar os fundamentos sobre a Política Internacional e Comparada, abordando aspectos históricos e metodológicos. Estudar a Política comparada com ênfase na América Latina, a fim de entender as relações existentes dos mais variados assuntos que afetam em comum os países que pertencem à região. Apresentar as principais características das sociedades e da política na América Latina, buscando enfatizar questões comuns entre os países da região. ESPECÍFICOS Mostrar as linhas de estudo da Política Internacional Comparada.como: processo decisório, processo de desenvolvimento e economia internacional
EMENTA	A disciplina fundamenta-se em: metodologia científica e fundamentos da política internacional e comparada. Identidade cultural e social, fundamentos da política latino-americana, integração e unidade na região, visões convergente, América Latina e os séculos XX e XXI.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA

	BORON, Atílio. Estado, capitalismo e democracia em América Latina. Buenos Aires. CLACSO. 2004. IANNI, Otávio. O Labirinto latino-americano. Petrópolis, Ed. Vozes, 1995. LIJPHART, Arend. "Comparative politics and the comparative method." *American Political Science Review.* V. 65, 1971, p. 6682 - 6693 LINZ, Juan e STEPAN, Alfred. A transição e a consolidação da democracia. A experiencia do Sul da Europa e da América do Sul. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 1999. MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores). MUNCK, Gerardo. Agendas y estrategias de investigación en el estudio de la politca latinoamericana. In: Revista de Ciencia Política, vol. 27, nº 1- pp. 3- 21. 2007. PRADO, Eduardo. Ilusão americana. Sao Paulo: Alfa-Omega, 2001. <u>COMPLEMENTAR</u> GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e Ciência Política. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Américas. Vol. 1. 2007. KING, Gary, Robert O. KEOHANE and Sidney VERBA, Desining Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1994 (caps 2 e 3) MORLINO, Leonardo (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*. Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 29-50. SARTORI , Giovanni. "Comparación y método comparativo." In: SARTORI, Giovanni; SARTORI, Giovani. Método Comparativo e Ciência Politca. In "A política: lógica e método nas ciencias sociais. Brasília. Ed. UnB. 1997.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/4º semestre
DISCIPLINA	MACROECONOMIA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Economia Política; Microeconomia
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVOS	Estudar os fundamentos teóricos dos agregados macroeconômicos, a partir das principais escolas do pensamento econômico.
EMENTA	Conceitos básicos de macroeconomia: agregados econômicos: produto, oferta e demanda; emprego, renda, juros e câmbio; comércio exterior e contas nacionais.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA BLANCHARD, Olivier. Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2008. GORDON, Robert. Macroeconomia. São Paulo: Bookman, 2006. LEITE, José Alfredo. Macroeconomia: teoria, modelos e instrumentos de política econômica. São Paulo: Atlas, 1999. COMPLEMENTAR LIMA, Gilberto Tadeu; SICSÚ, João et al. Macroeconomia do emprego e da renda – Keynes e o keynesianismo. Barueri/SP: Manole, 2003. MACEDO E SILVA, Antonio Carlos. Macroeconomia sem equilíbrio. Petrópolis: Vozes, 2001.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS TEÓRICOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/4º semestre
DISCIPLINA	DIREITO INTERNACIONAL – II
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Direito Internacional – I
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Aprofundar conhecimento técnico-dogmático sobre o Direito Internacional, voltados à proteção do ser humano, e os pontos de contato com direito interno.
EMENTA	Sistema de solução de controvérsias internacionais; relações entre direito interno e internacional, aquisição de nacionalidade, condição jurídica do estrangeiro; proteção internacional da pessoa humana e TPI.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> DINH, Nguyen Quoc; DAILLIER, Patrick; PELLET, Alain. Direito Internacional Público. Tradução de Vítor Marques Coelho. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. MAZZOULI, Valério de Oliveira. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. 12. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2000, vol. 1 e 2. REZEK. J. Francisco. Direito Internacional Público: curso elementar. São Paulo: Saraiva, 2008. <u>COMPLEMENTAR</u>

	REZEK. José Francisco. O Direito Internacional no Século XXI: Textos Fundamentais. São Paulo: Saraiva, 2002. STRENGER. I. Direito Internacional Privado. São Paulo. Ed. LTR. 2005. TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Pareceres dos Consultores Jurídicos do Itamaraty. Volume VIII (1985-1990). Organização de Antônio P. Cachapuz de Medeiros. Brasília: Senado Federal, 2004. TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Tratado de direito internacional dos direitos humanos. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1999. Vol. I e II. TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. A Humanização do Direito Internacional. Del Rey: Belo Horizonte, 2006.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

6.5. 5º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/5º semestre
DISCIPLINA	POLÍTICA INTERNACIONAL COMPARADA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução as Relações Internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	2012/II
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Apresentar os fundamentos básicos sobre a Política Internacional e Comparada, abordando aspectos históricos e metodológicos ESPECÍFICOS Mostrar as linhas de estudo da Política Internacional Comparada.como: processo decisório, processo de desenvolvimento e economia internacional
EMENTA	A disciplina fundamenta-se em: metodologia científica e fundamentos da política internacional e comparada
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> LIJPHART, Arend. "Comparative politics and the comparative method." *American Political Science Review.* V. 65, 1971, p. 6682 - 6693 MILL, John Stuart. *Sistema de lógica dedutiva e indutiva*. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Pensadores). SARTORI , Giovanni. "Comparación y método comparativo." In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (Comp.) *La comparación en las ciencias sociales*.

	Madrid: Alianza Editorial, 1994, p. 29 - 50. <u>COMPLEMENTAR</u> GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. O Método Comparativo e Ciência Política. Revista de Estudos e Pesquisas sobre Américas. Vol. 1. 2007. KING, Gary, Robert O. KEOHANE and Sidney VERBA, Desining Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1994 (caps 2 e 3)
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/5º semestre
DISCIPLINA	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Ciência política, Introdução às relações internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II, Política comparada e pensamento político da América Latina
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Analisar e discutir as ações da política exterior brasileira dentro do período do Império até o início do século XXI. ESPECÍFICOS Entender a elaboração da política externa brasileira, analisando e observando o contexto internacional que envolveu cada período.
EMENTA	Política externa e política doméstica, autoridade, soberania, processo decisório, atores, relações bilaterais e multilaterais, blocos regionais e o Brasil no século XXI.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> ALTEMANI. Henrique. Política Externa Brasileira. São Paulo. Ed. Saraiva. 2008. CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil.Brasília: Ed. UnB, 2002. FONSECA JÚNIOR, Gelson; NABUCO DE CASTRO, Sérgio Henrique (orgs.).Temas de

	Política Externa Brasileira II. 2 volumes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. SOUTO-MAIOR, Luiz A. P. O Brasil em um mundo em transição. Brasília: Ed.UnB/IPRI, 2003 <u>COMPLEMENTAR</u> ALMEIDA, Paulo Roberto. Os primeiros anos de século XX: O Brasil e as relaçõesInternacionais contemporâneas. SP: Editora Paz e Terra, 2002. BRIGAGÃO, Clóvis; PROENÇA Jr., Domício (orgs). Brasil e o Mundo: novas visões. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. MONIZ BANDEIRA, Luis Alberto. Relações Perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2000). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/5º semestre
DISCIPLINA	ECONOMIA COMPARADA E PENSAMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Economia política; Microeconomia; Macroeconomia
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar as tendências e potencialidades da economia brasileira, na sua relação com as demais economias latino-americanas, no contexto da globalização econômica.
EMENTA	Economia brasileira contemporânea; as economias latino-amercianas, com ênfase nos Estados nacionais do MERCOSUL; inserção global da economia latino-americana – possibilidades, limites, riscos e cenários.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> NOVAES, Adauto et al. Oito visões da América Latina. São Paulo: SENAC/São Paulo, 2006. FURTADO, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. CARNEIRO, Ricardo et al. A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula. São Paulo: EdUnesp, 2006. <u>COMPLEMENTAR</u> CARDOSO, Ciro F.; PÉREZ BRIGNOLI, Héctor. História econômica da América Latina. Rio de Janeiro: Graal, 1988. CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo.

	Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. CUEVA, Agustín. O desenvolvimento do capitalismo na América Latina. São Paulo: Global, 1983.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/5º semestre
DISCIPLINA	PROTEÇÃO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Direito internacional I, Direito internacional II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir.
OBJETIVO	A disciplina apresenta os conceitos fundamentais sobre os Direitos Humanos, proteção internacional e suas vinculações com as relações internacionais.
EMENTA	Direito Internacional dos Direitos Humanos, evolução histórica, direitos fundamentais, Sistema da ONU, OEA, Corte Interamericana de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos. Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Refugiados.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> BICUDO, Hélio. Direitos Humanos e sua Proteção. São Paulo. Ed. FTD. 1996 CANÇADO TRINDADE. Antônio. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Vol. 1, Porto Alegre, Sérgio Antonio Fabris Editor. 1997. _____, A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil. Brasília. Ed. UnB. 1998. <u>COMPLEMENTAR</u> LINDGREEN ALVES, J. Os Direitos Humanos e o Direito Internacional. Rio de Janeiro. Ed. Renovar. 1999. _____, A arquitetura internacional dos direitos humanos. São Paulo. Ed. FTD. 1997.

	PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo. Max Limonad. 2000.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

6.6. 6º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/6º semestre
DISCIPLINA	GLOBALIZAÇÃO E PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO RECIONAL
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Ciência política, Introdução às relações internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Apresentar as origens dos processos de globalização e de integração regional como formas de relação de poder no sistema internacional. ESPECÍFICOS Destacar aspectos como: hegemonia e contra-hegemonia; Estado-nacional, instituições; organizações, forças econômicas transnacionais e teorias da integração internacional.
EMENTA	Aspectos como: globalização, conceito de integração regional, panorama da integração; processo de integração sul-americana e formação dos blocos: NAFTA, UE, APEC, Comunidade Andina, ALADI e MERCOSUL
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> HELD, D.; MACGREW, A. Prós e Contras da Globalização; Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2001 GILPIN, Robert. The Political Economic of International Relations. Princeton University

	Press, 1987. VIOTTI, KAUPPI (eds.) International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism. Macmillan Publishing Company, 2 ed., New York, 1993. <u>COMPLEMENTAR</u> CALDAS, Ricardo; ERNST, Christoph. ALCA, APEC, NAFTA e União Européia: cenarios para o MERCOSUL no seculo XXI. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2003. STIGLITZ, Joseph, E. A Globalização e seus malefícios. Sao Paulo, Ed. Futura, 2002. VAZ, Alcides Costa. Cooperação, integração e processo negociador: a construcao do MERCOSUL. Brasilia: IBRI, 2002.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/6º semestre
DISCIPLINA	COOPERAÇÃO INTERNACIONAL|
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Ciência política, Introdução às relações internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL A disciplina tem por objetivo capacitar o corpo discente com conhecimentos a respeito dos instrumentos e das dinâmicas da cooperação internacional, seus conceitos, seus fundamentos e vinculações com a Teoria das Relações Internacionais, bem como analisar o desenvolvimento da cooperação no mundo pós-Guerra Fria. ESPECÍFICOS Apresentar as idéias gerais sobre a importância da cooperação internacional na esfera multilateral;Detalhar algumas modalidades de cooperação: governamental, técnica, científica e financeira.
EMENTA	Aspectos fundamentais da cooperação internacional, multilateralismo, desenvolvimento e cooperação, sistema brasileiro de cooperação internacional
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA HERZ, Mônica & HOFFMAN, Andrea Ribeiro. Organizações Internacionais, São Paulo. Ed. Campus, 2004

	KEOHANE, Robert. After hegemony. Cooperation and discord in the world political economy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984. MARCOVITCH, Jacques (org), Cooperação Internacional: Estratégia e Gestão, São Paulo: EDUSP, 1994. <u>COMPLEMENTAR</u> AMORIM , Celso. Perspectivas da cooperação internacional, in A gestão da cooperação internacional: planejamento, estrutura e negociação. São Paulo: EDUSP, 1994. SATO, Eiti. Conflito e cooperação nas relações internacionais: as organizações internacionais no século XXI. Revista Brasileira de Política Internacional. Ano 46, No. 2, 2003.B SMOUTS, Marie-Claude. A cooperação internacional: da coexistência à governança mundial. In SMOUTS, M.C. As novas relações internacionais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/6º semestre
DISCIPLINA	ECONOMIA INTERNACIONAL
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Economia política; Microeconomia; Macroeconomia
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVOS	Analisar as relações econômicas no contexto das trocas internacionais a partir das principais correntes teóricos do pensamento econômico.
EMENTA	Principais autores e escolas da economia internacional; a economia internacional no contexto da globalização econômica; potencialidades e riscos sistêmicos sob o contexto da globalização.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA OBSTFELD, Maurice; KRUGMANN, Paul. Economia internacional. Teoria e política. São Paulo: Addison Wesley, 2001. CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1999. EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital – uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2002. COMPLEMENTAR STIGLITZ, Joseph. A globalização e seus malefícios – a promessa não-cumprida de benefícios globais. São Paulo: Futura, 2002. CHESNAIS, François et al. A mundialização financeira – gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

	MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/6º semestre
DISCIPLINA	ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução às Relações Internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Apresentar os conhecimentos básicos sobre as organizações internacionais, seu processo histórico, perspectivas de formação e suas estruturas no contexto contemporâneo. ESPECÍFICOS Trazer ao corpo discente as diversas esferas de ação das organizações internacionais, bem como sua importância para o sistema internacional.
EMENTA	Estudo de temas como: regimes, cooperação, governança, institucionalismo, multilateralismo e sistema internacional.
	BÁSICA HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea R. Organizações internacionais: história e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. ROSENAU, James; CZIEMBEL, Ernst-Otto (ed). Governança sem Governo. Brasília: Ed UnB, 2000. TRINDADE, A.A.C. Direito das organizações internacionais. Belo Horizonte: Del

	Rey, 2003. <u>COMPLEMENTAR</u> KRASNER, S.(ed), International Regimes, Cornell University Press, 1993. RISSE-KAPPEN, Thomas. Non-state actors, domestic structures and international institutions. Cambridge University Press, UK, 1995. SEITENFUS, R. Manual das organizações internacionais. Editora Livraria do Advogado, 2a edição, 2000.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

6.7. 7º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/7º semestre
DISCIPLINA	MERCOSUL
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução às Relações Internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL A disciplina tem como objetivo apresentar os conhecimentos essenciais sobre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), suas raízes históricas, suas instituições, bem como analisar o seu processo de formação e consolidação. ESPECÍFICOS Proporcionar ao corpo discente uma visão ampla e sólida sobre o MERCOSUL, habilitando-os a analisar a sua dinâmica e suas perspectivas .
EMENTA	Fundamentos do MERCOSUL; O Brasil e o MERCOSUL, assimetrias entre os países, o MERCOSUL dentro do Século XXI.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA BERNAL-MEZA, Raúl. Sistema mundial y Mercosur: globalización, regionalismo e políticas exteriores comparadas – Buenos Aires, Latinoamericana, 2000. PEÑA, Felix. Los grandes objetivos Del Mercosur 1991-2006. In: MERCOSUL quinze anos. São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de

	São Paulo. 2007. RAPOPORT, Mario e CERVO. Amado (orgs) El Cono Sur: uma história común. Buenos Aires. Fonde de Cultura Econômica, 2002. <u>COMPLEMENTAR</u> ALMEIDA, Elizabeth A. P. MERCOSUL e União Européia: estrutura jurídico institucional. Curitiba.Ed. Juruá. 1998. Cervo, Amado. Relações Internacionais da América Latina:velhos e novos paradigmas. Brasilia. IBRI. 2001. HIRST, Mônica. A dimensão política do MERCOSUL: Especificidades nacionais, Aspectos institucionais e Atores Sociais. IN: A Integração Aberta: Um projeto da União Européia ao MERCOSUL. Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais - IEEI, Lisboa. 1995.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/7º semestre
DISCIPLINA	ÉTICA E RELACÕES INTERNACIONAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução às Relações Internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Apresentar ao corpo discente os fundamentos essenciais da Ética e relacioná-la com as Relações Internacionais. ESPECÍFICOS Detalhar aspectos como: reflexão epistemológica sobre a Ética, e problemas éticos e morais
EMENTA	Reflexão sobre assuntos contemporâneos relacionados com a Ética e temas pertinentes ás Relações Internacionais. Desenvolvimento da ética na história.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> BOBBIO. Norberto. A era dos Direitos. Rio de Janeiro: Ed. Campus. 1992. KEOHANE, Robert. International Institutions: Two Approaches. International Studies Quarterly, v. 32. N. 4, pág. 379-396. 1988. WAEVER, Ole. The Rise and Fall of the Inter-paradigm Debate. In: SMITH, Steve; BOOTH, Ken e ZALEWSKI, Marysia. International Theory: Positivism and Beyond. Cambridge University Press. Cap. 7. 1996.

	COMPLEMENTAR IANNI, Otávio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira. 1996. WALKER, R.B. J. Inside and Outside: international relations as political theory. Cambridge: Cambridge University Press. 1993.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/7º semestre
DISCIPLINA	METODOLOGIA DA PESQUISA APLICADA ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Introdução às Relações Internacionais, Teoria das relações internacionais I, Teoria das relações internacionais II
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar a metodologia científica e técnicas de pesquisa, a partir de uma reflexão teórica sobre os conceitos científicos.
EMENTA	Conhecimento científico, abordagens e instrumentos utilizados nas ciências sociais. O nível científico das Relações Internacionais e suas características principais.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> CERVO. Amado r e BERVIAN, Pedro. Metodologia Científica. São Paulo. Ed. Prentice Hall, 2001 KING, Gary, KEOHANE, Robert e VERBA, Sidney. Desining social inquiry: scientific inference in qualitative research. Princenton, New Jersey: Princenton University Press, 1994.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FUNDAMENTOS APLICADOS

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/7º semestre
DISCIPLINA	COMÉRCIO EXTERIOR E FINANÇAS INTERNACIONAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Economia política; Microeconomia; Macroeconomia; Economia internacional
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	2014/I
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir.
OBJETIVO	Compreender os mecanismos fundamentais do fluxo internacional de comércio e de finanças no âmbito da globalização econômica.
EMENTA	Teorias do comércio exterior e da internacionalização financeira; fluxos de mercadoria e finanças sob a globalização; tendência e riscos nos processos contemporâneos de internacionalização do comércio e das finanças; técnicas e procedimentos em comércio exterior; mercado de câmbio, balanço de pagamentos; financiamento das exportações e importações.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício; RODRIGUES, Waldemar. Comércio exterior: história, teoria e práticas. São Paulo: Alínea, 2002. CARVALHO, Genésio. Introdução às finanças internacionais. São Paulo: Prentice Hall, 2005. CHESNAIS, François et al. A mundialização financeira: gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 2003 <u>COMPLEMENTAR</u>

	MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 4ed. São Paulo: Atlas, 1998. GRIECO, Francisco de Assis. O Brasil e o comércio internacional. São Paulo: Aduaneiras, 1994 RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio. Edições Aduaneiras. São Paulo: Aduaneiras, 2000. VAZQUEZ, José Lopes. Manual de exportação. São Paulo: Atlas, 1999.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

6.8. 8º SEMESTRE

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/8º semestre
COMPONENTE	TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)
CARÁTER DO COMPONENTE	Obrigatório
PRÉ-REQUISITO	Todas as disciplinas obrigatórias anteriores ao 8º semestre.
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	120
CRÉDITOS	08
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Elaboração de trabalho de conclusão do curso (TCC) de Relações Internacionais, conforme regulamentado pelo PPC/RI.
EMENTA	
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA A ser definida pelo professor-orientador. COMPLEMENTAR A ser definida pelo professor-orientador.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/8º semestre
DISCIPLINA	ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL
CARÁTER DA DISCIPLINA	Obrigatória
PRÉ-REQUISITO	Todas as disciplinas obrigatórias anteriores ao 8º semestre.
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Mostrar os principais temas de discussão e debates que estão inseridos na conjuntura internacional contemporânea, a partir do século XX e XXI. ESPECÍFICOS Estimular o conhecimento do corpo discente sobre: mundo multilateral, disputa de poder no mundo Pós-Guerra Fria, reforma da ONU, globalização e cenário mundial pós-11 de setembro.
EMENTA	Abordagem dos temas internacionais, questões estratégicas, comerciais e políticas. O papel das instituições internacionais e o multilateralismo. Os processos de integração regional e meio ambiente.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA GILPIN. Robert. A economia política das relações internacionais. Brasília. Ed. UnB. 2002. WALLERSTEIN. Immanuel. O Declínio do poder americano. São Paulo. Ed. Contraponto. 2003. SMOUTS, Marie-Claude (org.). As novas relações internacionais. Praticas e teorias.

	Brasilia: Ed. Universidade de Brasilia, 2004. <u>COMPLEMENTAR</u> COOPER. R. The breaking of nations. Order and Chaos in Twenty first Century . New York. Atlantic Monthly Press. 2004. MAGNOLLI, Demétrio. Relações Internacionais. Teoria e História. São Paulo. Ed. Saraiva. 2004. STRENGER, Irineu. Relações Internacionais. São Paulo. Ed. LTr 1998.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Caracterização das disciplinas optativas oferecidas pelo Curso de Relações Internacionais

CURSO/SEMESTRE	Relações Internacionais
DISCIPLINA	ESTUDOS DE PROBLEMAS FRONTEIRIÇOS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 4º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL Proporcionar o conhecimento relativo aos aspectos de fronteira, especialmente na Região Sul, a fim de entender as diversas temáticas que envolvem a citada região ESPECÍFICOS Compreender a dinâmica fronteiriça, a partir a da análise dos variados fenômenos que acontecem como: educação, segurança, cidadania, inclusão social, economia, dentre outros.
EMENTA	Estimular ações governamentais na região fronteiriça do MERCOSUL, bem como fomentar o estudo de características como: cultura, história, política, sociedade e meio-ambiente.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA GINESTA, Jacques. El Mercosur y su contexto regional. Porto Alegre. Ed. UFRGS. 1999. MENDES. Jussara M. (orgs). MERCOSUL em múltiplas perspectivas: fronteiras, direitos e proteção social. Porto Alegre. Ed. EDIPUCRS.

	MARTINS, José de Souza. Fronteiras: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo. Ed. Hucitec, 1997. <u>COMPLEMENTAR</u> BAINES, Stephen. Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília. Ed. UnB. 2005. MATIAS. Eduardo Felipe. A humanidade e suas fronteiras: Do Estado Soberano a sociedade global. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 2005
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO LIVRE / OPTATIVA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais
DISCIPLINA	MEIO AMBIENTE E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 4º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar e analisar o impacto dos processos ambientais contemporâneos sobre as relações internacionais, sua dinâmica e seus cenários futuros.
EMENTA	As correntes teóricas do ecologismo; conflitos ecológicos – caráter social e caráter internacional; principais temas do ecologismo contemporâneo e as iniciativas e acordos internacionais.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA VIGEVANI, Tullo. Meio ambiente e relações internacionais – a questão dos financiamentos. São Paulo: IEA/USP, 1994. ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres - . São Paulo: Contexto, 2007. LAGO, André Aranha Correa do. Estocolomo, Rio, Joanesburgo – o Brasil e as três conferências ambientais das nações unidas. Brasília: Thesaurus, 2007. COMPLEMENTAR TRIGUEIRO, André et al. Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Campinas: Armazém do IPÊ, 2008. RIBEIRO, Wagner Costa. A ordem ambiental internacional. São Paulo: Contexto, 2001.

	BIANCHI, Patrícia Nunes Lima. Meio ambiente: certificações ambientais e comércio internacional. Curitiba: Juruá, 2003.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO LIVRE / OPTATIVA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais/
DISCIPLINA	REDES DE INOVAÇÃO SOCIAL E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 4º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir.
OBJETIVO	Identificar e analisar as principais iniciativas de colaboração internacional no campo do atendimento a demandas sociais e ambientais de caráter comum aos diferentes Estados nacionais.
EMENTA	Conceitos de rede social e sociedade-em-rede; movimentos sociais, organizações não-governamentais e iniciativas de cooperação internacional; casos e exemplos específicos de redes de colaboração internacional.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede: a era da informação – economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. MANCE, Euclides. A revolução das redes. Petrópolis: Vozes, 2000. SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007. COMPLEMENTAR WHITAKER, Chico. O desafio do Fórum Social Mundial – um modo de ver. São Paulo: Loyola, 2005. GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais no início do século XXI – antigos e novos atores. Petrópolis: Vozes, 2003.

	BOBO, Cassiano Ricardo Martine. Anistia internacional: roteiros da cidadania em construção. São Paulo: Annablume, 2002.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO LIVRE / OPTATIVA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais
DISCIPLINA	SEMINÁRIO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 4º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL O Objetivo dessa disciplina é o de estudar temas especificos das Relações Internacionais ESPECÍFICOS Preparar o corpo discente para pesquisar e detalhar temas assuntos que estão na agenda global
EMENTA	Regimes de segurança, mundo pós-11 de setembro e temas contemporâneos
BIBLIOGRAFIA	O programa da disciplina será elaborado na época em que a disciplina for ofertada, por se tratar de temas variáveis
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO LIVRE / OPTATIVA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais
DISCIPLINA	TÓPICOS ESPECIAIS
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 4º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL O Objetivo dessa disciplina é o desenvolver estudos pertinentes da área de interesse do professor em concordância com o corpo discente ESPECÍFICOS Preparar o corpo discente para pesquisar temas variados que estejam vinculados com as Ris.
EMENTA	
BIBLIOGRAFIA	O programa da disciplina será elaborado na época em que a disciplina for ofertada, por se tratar de temas variáveis
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO LIVRE / OPTATIVA

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais
DISCIPLINA	AMÉRICA LATINA NO CONTEXTO GLOBAL
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir.
OBJETIVO	Estudar, de forma comparada, a inserção contemporânea dos principais países da América Latina, e do conjunto do continente, no processo de globalização.
EMENTA	Caráter da globalização e o contexto latino-americano; inserção dos principais países na política e na economia mundial; possibilidades, limites e riscos das estratégias em curso, dos diferentes estados nacionais; políticas de cooperação e conflitos intra e inter continentais.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> SANTOS, Theotonio dos et al. Globalização e integração das Américas. São Paulo: Loyola, 2005. CAVAROZZI, Marcelo et al. América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sócio-política. São Paulo: FGV Editora, 2007. DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, Maria et al. América Latina hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. <u>COMPLEMENTAR</u> SILVEIRA, Maria Laura et al. Continente em chamas – globalização e território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. DUPAS, Gilberto et al. América Latina no início do século XXI: perspectivas econômicas, sociais e

	políticas. São Paulo: EdUNESP, 2005. NEGRI, Antonio; COCCO, Giuseppe Mario. Glob(AL) – biopoder e lutas em uma América Latina globalizada. Rio de Janeiro: Record, 2005.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais
DISCIPLINA	SEGURANÇA E CONFLITOS INTERNACIONAIS|
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 5º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	
OBJETIVOS	GERAL A disciplina visa apresentar os conceitos clássicos de Segurança Internacional, bem como sua utilização dentro da política internacional. ESPECÍFICOS Mostrar ao corpo discente assuntos como: conflitos pós-Guerra Fria, terrorismo, atentado de 11 de setembro e missões de paz
EMENTA	Conselho de Segurança da ONU, regimes de segurança, crime organizado, mundo pós-11 de setembro e novos perigos para a segurança mundial
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA BRIGAGÃO, Clovis & PROENÇA JR., Domício. Brasil e o mundo: novas visões. Rio de Janeiro: Franscisco Alves/Konrad Adenauer, 2002. BUZAN et ali, Security: a new framework for analysis. London: Lynne Rienner publishers, 1998. KAGAN, Robert. Do paraíso e do poder. Os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial. Rio de Janeiro: Rocco, 2003. COMPLEMENTAR CEPIK, Marco. Segurança Nacional e Segurança

	Humana: problemas conceituais e conseqüências políticas. Security and Defense Studies Review. Vol. 1, Spring 2001. HERZ, Mônica. O tratamento da segurança regional pela disciplina das Relações Internacionais. Projeto Segurança internacional e líderes regionais: Brasil, Índia e África do Sul. Working Paper, 2005
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais
DISCIPLINA	CONFLITOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 5º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir
OBJETIVO	Estudar e analisar os principais conflitos sociais da América Latina contemporânea e seus cenários futuros; o impacto dos conflitos sociais latino-americanos nas relações internacionais intra e inter continentais.
EMENTA	Regimes militares e novos movimentos sociais; neo-desenvolvimentismo e governos de oposição às políticas neoliberais; conflitos específicos – atores, desenvolvimento e cenários.
BIBLIOGRAFIA	BÁSICA LEMOS, Maria Teresa Toribio Brittes. América Latina: identidades em construção – das sociedades tradicionais à globalização. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. CAVAROZZI, Marcelo et al. América Latina no século XXI: em direção a uma nova matriz sócio-política. São Paulo: FGV Editora, 2007. DOMINGUES, José Maurício; MANEIRO, Maria et al. América Latina hoje: conceitos e interpretações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. COMPLEMENTAR KRISCHKE, Paulo. Aprendendo a democracia na América Latina – atores sociais e mudança cultural. Porto Alegred: EdPUCRS, 2003.

	GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2007. ROJAS, Carlos Antonio Aguirre. América Latina: história e presente. Campinas: Papirus, 2004.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

CURSO/SEMESTRE	Relações internacionais
DISCIPLINA	GESTÃO DE CONFLITOS E PRÁTICAS DE NEGOCIAÇÃO
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	
DEPARTAMENTO	Colegiado do Curso de Relações Internacionais
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	4
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 5º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	A definir.
OBJETIVO	Estudar a teoria, a tecnologia e as práticas de negociação em conflitos de caráter inter-grupal (social, político, econômico ou cultural), especialmente o que envolvem interesses internacionais, a partir da intervenção colaborativa do agente externo mediador.
EMENTA	A etiologia do conflito e os vários métodos de resolução; habilidades sociais e comportamentais necessárias para a gestão de conflitos; a negociação – princípios e métodos; conciliação, mediação e arbitragem como métodos da gestão de conflitos – pressupostos teóricos, métodos e técnicas.
BIBLIOGRAFIA	<u>BÁSICA</u> DUZERT, Yann (org) et al. Manuel de negociações complexas. Rio de Janeiro: FGV, 2007. VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas. São Paulo: Método, 2008. NASSER, Reginaldo Mattar. Os conflitos internacionais em múltiplas dimensões. São Paulo: EdUNESP, 2009. <u>COMPLEMENTAR</u> KHOURY, Karim Albert El. Vire a página – estratégias para resolver conflitos. São Paulo: SENAC, 2005. MOORE, C. W. O processo de mediação:

	estratégias práticas para resolução de conflitos. Porto Alegre: Artmed, 1998. MARTINELLI, D. P. Negociação: como transformar confronto em cooperação. São Paulo: Atlas, 1997.
NÚCLEO DISCIPLINAR	FORMAÇÃO COMPLEMENTAR

CURSO/SEMESTRE	Centro de Línguas e Comunicação
DISCIPLINA	Língua Brasileira de Sinais - Libras I
CARÁTER DA DISCIPLINA	Optativa
PRÉ-REQUISITO	---
CÓDIGO	20000084
DEPARTAMENTO	Câmara de Ensino
CARGA HORÁRIA	60h
CRÉDITOS	04
NATUREZA DA CARGA HORÁRIA	Teórica e Exercícios
ANO/SEMESTRE	A PARTIR DO 3º SEMESTRE
PROFESSOR RESPONSÁVEL	Ângela Nediane dos Santos; Ivana Gomes da Silva
OBJETIVO	Desenvolver e introduzir elementos de LIBRAS que possibilitem aos alunos dar continuidade à construção de habilidade e desempenho na comunicação em Língua Brasileira de Sinais.
EMENTA	Uma introdução à Língua de Sinais, uma comunicação visual, com sua gramática. Alfabeto manual. Diálogos com estruturas afirmativas, negativas e interrogativas. Expressões de quantificação e intensidade – adjetivação. Descrição. Narrativa básica.
BIBILOGRAFIA	BÁSICA: AMORIM, S.L. Comunicando a liberdade: A língua das mãos. SC: Florianópolis, 2000. CAPOVILLA, F. Dicionário trilíngue de Libras, 2001. FELIPE, T. Integração social e educação de surdos. Rio de Janeiro: Babel Editora, 1993. COMPLEMENTAR: LOPES, M.C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. IN: SKLIAR (Ed.), pp. 105 a 122, 1998.

7. Gestão de curso

7.1 Colegiado

O Colegiado de curso é o órgão de coordenação didática que tem por finalidade superintender o ensino, no âmbito de cada curso. São atribuições do Colegiado do Curso de Relações Internacionais, conforme previsto no Regimento da UFPel:

São atribuições do Colegiado do Curso de Relações Internacionais:

I coordenar e supervisionar o curso;

II receber reclamações e recursos na área do ensino;

III apreciar os pedidos de transferência e estudar os casos de equivalência de disciplinas de outras Universidades ou Unidades de Ensino para efeitos de transferência;

IV elaborar ou rever o currículo, submetendo-o ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão;

V propor ao Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão, a organização curricular dos cursos correspondentes;

VI emitir parecer sobre os processos relativos a aproveitamento de estudos e adaptação, mediante requerimento dos interessados;

VII assegurar a articulação entre o ciclo básico e o ciclo profissional do curso correspondente;

VIII estabelecer normas para o desempenho dos professores orientadores;

IX emitir parecer sobre recursos ou representações de alunos sobre matéria didática;

X aprovar o Plano de Ensino das disciplinas do curso correspondente;

XI aprovar a lista de ofertas das disciplinas do curso correspondente para cada período letivo;

XII propor aos Departamentos correspondentes os horários mais convenientes para as disciplinas de seu interesse;

XIII elaborar seu Regimento, para aprovação pelo Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão.

7.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante é um órgão de caráter consultivo, propositivo e de assessoria permanente ao Projeto Pedagógico do Curso, visando à continuada promoção de sua qualidade. Sua estruturação se baseia na Resolução COCEPE nº22, de 19 de julho de 2018.

São atribuições do Núcleo Docente Estruturante do curso de Relações Internacionais da UFPEL:

I. Propor, organizar e encaminhar, em regime de colaboração, a elaboração, reestruturação e atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), definindo concepções e fundamentos;

II. Promover melhorias no Currículo do Curso tendo em vista a sua flexibilização e a promoção de políticas que visem sua efetividade;

III. Contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso e melhora geral da qualidade do Curso ao qual se vincula, realizando estudos e atualizações periódicas do PPC, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e análise da adequação do perfil do egresso, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais e as novas demandas do mundo do trabalho e da sociedade;

IV. Acompanhar o desenvolvimento do PPC, referendando, por meio de relatório redigido e assinado por todos os seus membros, a adequação das bibliografias básicas e complementares do curso, de modo a garantir compatibilidade, em cada bibliografia básica e complementar da unidade curricular, entre número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros cursos que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo, seja físico ou virtual;

V. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação e demais legislações relacionadas;

VI. Acompanhar e apoiar o cumprimento das normas de graduação da UFPel e demais normas institucionais aplicáveis;

VII. Estudar políticas que visem à integração do ensino de graduação, da pesquisa e pósgraduação e da extensão, considerando o aprimoramento da área de conhecimento do curso;

VIII. Encaminhar à Direção da Unidade as demandas referentes à aquisição de títulos virtuais ou físicos, para adequação das referências bibliográficas ao PPC do Curso;

IX. Disponibilizar o relatório referendado de bibliografias aos avaliadores do INEP/MEC, durante as visitas in loco para fins de autorização, reconhecimento, renovação de reconhecimento de curso ou recredenciamento institucional;

X. Acompanhar e apoiar os processos de avaliação e regulação do Curso.

8. Quadro de docentes e técnico-administrativo

NOME	UNIDADE	Formação	Função
Antônio Carlos Cruz	CIM	Doutorado em Economia	Docente
Bruno Ricardo Viana Sadeck dos Santos	IFISP	Doutorado em Ciência Política	Docente
Charles Pereira Pennaforte	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Rodrigo Cantu de Souza	IFISP	Doutorado em Sociologia	Docente
Fábio Amaro Silveira Duval	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Fernanda de Moura Fernandes	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Javier Silveira Luzardo	CIM	Doutorado em Linguística Aplicada	Docente
Keberson Bresolin	IFISP	Doutorado em Filosofia	Docente
Luciana Maria de Aragão Ballestrin	IFISP	Doutorado em Ciência Política	Docente
Renan Caldeira Furtado	IFISP	Graduação em Administração	Secretário
Renata Kabke Pinheiro	CLC	Doutorado em Linguística Aplicada	Docente
Silvana Schimanski	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente
Valeria Zanetti Ney	CLC	Doutorado em Linguística Aplicada	Docente
William Daldegan de Freitas	IFISP	Doutorado em Relações Internacionais	Docente

9. Infraestrutura

O curso de Relações Internacionais está vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política (IFISP) e conta com a seguinte infraestrutura física:

1. Cinco (05) salas de aula, localizadas no edifício do antigo prédio do Salis Goulart.
2. Uma (01) sala de Colegiado, onde funcionam a Coordenação, Secretaria de Curso e Sala de Reuniões.
3. Uma (01) sala de apoio destinada às atividades docentes.
4. Uma (01) sala destinada para as atividades discentes.
5. Uma biblioteca, localizada no Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Artes e Linguagem (CEHUS).

Referências

BRASIL. Lei Federal n.° 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: <http: //www.mec.gov.br>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http: //www.mec.gov.br>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

UFPEL. Resolução COCEPE nº 29, 2018. Regulamento do Ensino de Graduação. Pelotas, 2018. Disponível em: <http: //www.ufpel.edu.br>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

_____. Resolução COCEPE nº22, de 19 de julho de 2018. Disponível em: <http: //www.ufpel.edu.br>. Acesso em: 07 de abr. 2020.

_____.Resolução COCEPE nº 14, 2010. Regulamento do Ensino de Graduação da UFPel. Universidade Federal de Pelotas, 2010. Disponível em: <http: //www.ufpel.edu.br>. Acesso em: 05 de abr. 2020.

_____.Regimento Geral da Universidade. Pelotas, 1977. Disponível em: <http: //www.ufpel.edu.br>. Acesso em: 07 de abr. 2020.